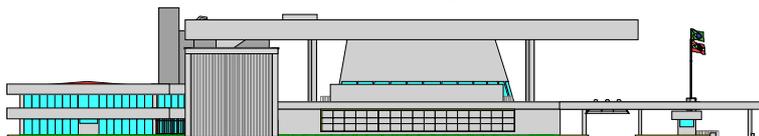


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXI

FLORIANÓPOLIS, 13 DE MARÇO DE 2012

NÚMERO 6.390

MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4ª SECRETÁRIA

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Silvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dado Cherem

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNSTA DO BRASIL
Líder: Ângela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente
Dado Cherem - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Adilor Guglielmi
Elizeu Mattos

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Valmir Comin - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Angela Albino
Jean Kuhlmann
Mauro de Nadal
Pe. Pedro Baldissera
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**

Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Manoel Mota
Aldo Schneider
Pe. Pedro Baldissera - Presidente

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**

Aldo Schneider
Narcizo Parisotto
José Milton Scheffer
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Angela Albino
Altair Guidi
Silvio Dreveck
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Manoel Mota
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE DEFESA DOS
DIREITOS DA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA**

José Nei Alberton Ascari - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Dado Cherem
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Angela Albino

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

Marcos Vieira - Presidente
Gilmar Knaesel
Sargento Amauri Soares
Silvio Dreveck
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Darci de Matos - Vice-Presidente
Aldo Schneider

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Gilmar Knaesel
Sargento Amauri Soares
Kennedy Nunes
Marcos Vieira
Jean Kuhlmann
Dirce Heiderscheidt
Volnei Morastoni

**COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA,
TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA**

José Milton Scheffer - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Edison Andrino
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**

Gilmar Knaesel
Altair Guidi
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt
Neodi Saretta

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR**

Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Dirce Heiderscheidt
Dado Cherem
Angela Albino
Silvio Dreveck
Ismael dos Santos
Romildo Titon
Luciane Carminatti

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E DESPORTO**

Carlos Chiodini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**

Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Neodi Saretta

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Angela Albino - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
José Nei Alberton Ascari
Romildo Titon
Pe. Pedro Baldissera
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Dado Cherem
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Mauro de Nadal
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Kennedy Nunes
Manoel Mota
Aldo Schneider
Dirceu Dresch
Angela Albino
José Nei Alberton Ascari
Dado Cherem

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roberto Katumi Oda</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXI NESTA EDIÇÃO: 28 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 012ª Sessão Ordinária realizada em 06/03/2012 2 Ata da 003ª Sessão Especial realizada em 06/03/2012, às 19 Horas 13</p> <p>Atos da Mesa Ato da Presidência DL 18 Ato da Mesa DL 19 Atos da Mesa 19</p> <p>Publicações Diversas Ofícios 20 Portarias 20 Projetos de Lei 23 Requerimento 28</p>
---	---	--

P L E N Á R I O

ATA DA 012ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 06 DE MARÇO DE 2012

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Chereim - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO RENO CARAMORI (pela ordem) - Manifesta satisfação em receber seu irmão, prefeito de Chapecó.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Denuncia licitação que deveria ter ocorrido na secretaria estadual da Educação.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Aborda a questão dos bombeiros voluntários.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Posiciona-se com relação à questão dos bombeiros voluntários.

DEPUTADO RENO CARAMORI (aparte) - Esclarece pontos da fala do deputado Kennedy Nunes.

Partidos Políticos

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Presta homenagem às mulheres.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Manifesta-se a respeito da prerrogativa aos bombeiros da vistoria e da concessão de licença para construção.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Esclarece sua posição relativa à prerrogativa dos bombeiros da vistoria e da concessão de licença para construção.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Registra a presença do prefeito João Romão, de Garuva.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Reporta-se ao Dia Internacional da Mulher; refere-se ao discurso dos deputados Sargento Amauri Soares e Reno Caramori sobre a PEC relativa aos bombeiros voluntários.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (aparte) - Defende às corporações de bombeiros.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Aborda a questão dos bombeiros voluntários.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Faz um balanço da recente edição do Arrancadão no sul catarinense; reporta-se à sua condição de líder de bancada.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (aparte) - Cumprimenta o deputado Manoel Mota.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (aparte) - Cumprimenta o deputado Manoel Mota.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Cumprimenta o deputado Manoel Mota.

DEPUTADO JAILSON LIMA (aparte) - Cumprimenta o deputado Manoel Mota.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (aparte) - Cumprimenta o deputado Manoel Mota.

DEPUTADO DADO CHEREM (aparte) - Cumprimenta o deputado Manoel Mota.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Relata suas ações na secretaria da Assistência Social.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Cumprimenta a direção da Eletrosul; comunica que a Unale definiu como prioridade a questão das energias.

Explicação Pessoal

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Reporta-se ao Corpo de Bombeiros Militar e aos Bombeiros Voluntários.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Reforça o pronunciamento do deputado Sargento Amauri Soares; tece comentários sobre a reunião da comissão de Transportes.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Reporta-se ao Corpo de Bombeiros Militar e aos Bombeiros Voluntários.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Esta Presidência registra a presença em nosso plenário do prefeito de Chapecó, José Cláudio Caramori, que mais parece um reflexo do deputado Reno Caramori. Daqui de cima, tirando o cabelo branco e as olheiras, que estão fundas, é muito parecido com o prefeito que está à nossa frente.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, é muita honra receber o meu irmão mais novo, aliás, ele tem me tratado como avô, mas, acima de tudo, considero-o um grande administrador da nossa querida Chapecó.

Seja bem-vindo prefeito!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Cumprimento os srs. deputados desta Casa e o prefeito de Chapecó.

Na semana passada, aqui me manifestei sobre a caixa-preta do Ministério Público do Tribunal de Contas do Estado, e esse capítulo voltará à tona, mas hoje vou falar especificamente de uma licitação que deveria ter ocorrido e não aconteceu na secretaria estadual de Educação.

A empresa WWK Sistemas Inteligentes é de Alfredo Wagner, da nossa Santa Catarina, e desenvolveu um *software* para planejamento das aulas em colégios. O nome é WWK, deputada Ana Paula Lima, porque o primeiro W se refere ao nome do pai do dono da empresa, que é agricultor, deputado Kennedy Nunes. O outro W é do nome dele, e o K é do cunhado que também é agricultor. Os dois o ajudaram a se formar na Universidade Federal de Santa Catarina. E antes de sair, o sr. Marco Tebaldi e a turma lá da secretaria da Educação contrataram sem licitação uma empresa de São Paulo, a Zathura.

Essa empresa de Santa Catarina, a WWK, já estava trabalhando em nosso estado, prestando serviço para a secretaria Regional de Taió, de Ituporanga, num custo muito menor do que era apresentado pela empresa de São Paulo.

O mais importante a registrar é que a empresinha que saiu dos recônditos de Santa Catarina foi a São Paulo, deputado Sargento Amauri Soares, e ganhou uma licitação na atual administração do prefeito Gilberto Kassab, que presta serviços para a empresa que veio para Santa Catarina sem licitação. A empresinha saiu de Alfredo Wagner, foi para São Paulo e ganhou a licitação. Essa empresa que foi contratada aqui, com caráter notório, entrou com uma ação dizendo que a empresa que ganhou em São Paulo não poderia fazer, porque ela está lá há quatro anos.

Essa mesma empresa WWK, de Alfredo Wagner, presta serviços para a prefeitura de Campinas, uma grande prefeitura, deputada Luciane Carminatti. E o mais importante são as diferenças de preços praticados. Quando este governo disse que temos que valorizar as empresas catarinenses, que temos que valorizar o talento, quando diz que as secretarias de Desenvolvimento Regional devem executar para diminuir custos, o que nós vimos? A empresa que já atuava na região ser impedida de participar do processo

licitatório. E aqui há *e-mails* e documentos que mostram que um proprietário, um garoto simples de Alfredo Wagner, esteve na secretaria da Educação falando sobre seu sistema de atendimento, sobre o seu *software* na área da Educação.

O mais importante também, deputado Kennedy Nunes, é a diferença de contrato entre o que era praticado em Ituporanga, na SDR, R\$ 275,00 por ano por escola, e o que foi contratado pelo estado, R\$ 850,00 escola/ano, o que dá uma diferença de R\$ 745.000,00 por ano na área da educação em um único contrato, de forma inescrupulosa, vamos assim dizer.

Essa mesma empresa de São Paulo está atendendo às escolas estaduais do Rio de Janeiro a R\$ 500,00. Quer dizer, são R\$ 350,00 a menos por escola.

O mais escabroso disso é que no dia 14 de fevereiro foi feito o empenho, no dia 15 ou 16 foi apresentada a nota fiscal pela empresa e no dia 17 foi feito o pagamento à vista de todo o trabalho do ano. Eu nunca vi o estado pagar tão rápido! Que eficiência: pagar R\$ 745 mil sem ter sido executada a licitação para o atendimento.

Eu digo isso porque há empresas de Santa Catarina que poderiam estar fazendo isso, mas impede-se de sequer participar de um processo licitatório, apesar de apresentar um preço menor. Mas provavelmente é o rapaz que vai ter que explicar. Achou que por ser de Alfredo Wagner não deveria ter sido validado, mesmo apresentando todos os documentos.

Quero fazer um registro sobre as empresas de Alfredo Wagner. É importante dizer que elas desenvolveram um *software* na área de tecelagem, que foi patenteado e está em diversas empresas no norte e nordeste catarinense. Esse *software* é para produzir fio de algodão, e não existe mundialmente. Esta empresa produz 30 mil toneladas por ano de fio de algodão. E a empresa GEHA Comércio de Sistemas de Informática, que veio para Santa Catarina, recebeu o presente. Eu não diria que recebeu tanto de presente, porque pela velocidade que foi feito isso e pelo preço, eles também deram presente para alguém no retorno. Isso não ficou de graça. Não foi um mero contrato, porque os preços que estavam sendo praticados já eram muito claros.

Já tinham conhecimento da capacidade técnica da empresa na secretaria de Educação; eles também já tinham conhecimento, porque sabiam que estavam em Campinas, em São Paulo e em tantos outros lugares. Portanto, a partir de amanhã, os advogados estarão entrando com uma ação, pedindo o cancelamento do contrato, responsabilizando juridicamente as figuras que encaminharam essa contratação sem licitação, impedindo que uma empresa catarinense pudesse participar desse evento.

Então, foi um verdadeiro descalabro, na medida em que existe não sei quantas secretarias regionais no estado, pois até perdi as contas. E também não faço muita questão de gravar porque não funcionam.

Colombo já disse no passado que é um cabide de empregos, e continua sendo. E agora vieram dizer que não serve para nada mesmo, na medida em que a secretaria da Educação, a Regional de Taió e a de Ituporanga haviam contratado essa empresa já há dois anos, num custo de R\$ 270,00 por escola e resolveram centralizar no estado dizendo que não funciona.

Já manteve contato com o atual secretário da Educação, o Deschamps, na sua posse, no centro administrativo, e disse que o visitaria, porque esse tipo de conduta irresponsável com o dinheiro público não pode mais acontecer.

O mínimo que precisamos garantir é que as empresas catarinenses possam participar de todos os processos licitatórios deste estado e que se tire esse crivo de empresa notória para desviar dinheiro, que nós sabemos.

Por que R\$ 745 mil, quando se diz que não tem o salário para os professores, quando se diz que não há recursos? Se analisarmos que na última semana o secretário da Educação empenhou e pagou R\$ 28 milhões, deputada Luciane Carminatti, tem que se avaliar cada contrato desse pago. Porque se foi nessa relação que passou agora, com certeza vai passar dos R\$ 10 milhões de desvio de recursos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Jailson Lima.

O próximo orador inscrito é o deputado Reno Caramori, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, cumprimentando as colaboradoras, as taquígrafas desta Casa, quero cumprimentar os abnegados bombeiros voluntários que nos visitam nesta tarde: Fabiano Dias, Carlos Alberto da Silva Vicente, de Jaguaruna; Pedro Waruava, de Concórdia; Anderson Caetano de Souza e Rafael Carneiro Scopel, de Caçador, e Alfieri Freiburger.

Sintam-se à vontade. Nós conhecemos o trabalho que vocês oferecem às suas comunidades, cada um na sua corporação.

Mas quero tentar - e talvez assome à tribuna até uma dezena de vezes para isso - esclarecer essa questão à sociedade catarinense, desde o menor município até o maior município de Santa Catarina, Joinville, que mantém uma corporação de bombeiros voluntários há 120 anos.

É meritório que façamos esses pronunciamentos para mostrar a Santa Catarina o quanto é importante a prestação de serviços das corporações de bombeiros na sociedade, quer dos bombeiros voluntários, quer dos bombeiros comunitários, abnegados que se doam de corpo e alma à sociedade civil.

Por isso, num comum acordo, inclusive com o governador, foi formatada uma PEC, através da Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina, do secretário da Fazenda, com a colaboração do desembargador João Henrique Blasi, ex-deputado nesta Casa, que também tratou desse assunto no exercício do mandato, e o técnico formado, renomado e capacitado, dr. Pamplona, desta Casa.

A emenda é muito clara e simplesmente dá condições legais de funcionamento às sociedades civis de Corpo de Bombeiros Voluntários de Santa Catarina, para que possam atender as suas comunidades dentro dos princípios legais.

Essa proposta de emenda constitucional assinada por toda a Mesa Diretora da Casa, complementada por quase 20 deputados, diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"O art. 12 da Constituição do Estado de Santa Catarina passará a vigorar acrescido do parágrafo único com a seguinte redação:

Parágrafo único - No exercício da competência de fiscalização de projetos, edificações e obras nos respectivos territórios, os municípios poderão, nos termos da lei local, celebrar convênios com os Corpos de Bombeiros Voluntários, para fins de verificação e certificação do atendimento às normas de segurança contra incêndio." [sic]

Nós precisamos mostrar a Santa Catarina, srs. deputados e sras. deputadas,

como é importante manter essas corporações. Em momento algum, catarinense, pensa-se em privatizar esse tipo de trabalho realizado por pessoas de boa vontade, abnegadas, tanto nos pequenos municípios, quanto nos grandes, como Joinville. De dez anos para cá houve certa reação para que os bombeiros voluntários cessassem o seu trabalho de 120 anos em Joinville, de 40 anos em Caçador, de quase 40 anos em Jaraguá do Sul, de quase 40 anos em Concórdia e assim por diante.

E vou ler, rapidamente, os municípios que são atendidos pelas corporações de bombeiros voluntários no estado de Santa Catarina, que mantêm o seu quadro de colaboradores. E aqui está a grande prova de que não é uma corporação privada, srs. deputados, em absoluto.

(Passa a ler.)

"Arabutã, Araquari, Ascurra, Apiuna, Rodeio, Barra do Sul, Barra Velha, Campo Belo do Sul, Caçador, Concórdia, Corupá, Guarimir, Ibirama, Ilhota, Indaial, Ipumirim, Irani, Itaiópolis, Jaguaruna, Jaraguá do Sul, Joinville, Lebon Régis, Lindóia do Sul, Massaranduba, Passo de Torres, Pomerode, Presidente Getúlio, Rio das Antas, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, Schroeder, Seara, Itá e Treze Tílias."

Em São Bento do Sul é um pouco atípica a situação, porque lá existe uma corporação militar e mantém-se a corporação voluntária com 240 membros.

(Continua lendo.)

Somente para mostrar que não se trata de privatização, vou dar aqui alguns dados. Caçador, por exemplo, mantém hoje 138 bombeiros voluntários, deputado Sargento Amauri Soares, mas somente 24 recebem remuneração. São os que fazem plantões, que estão diuturnamente na corporação, porque o bombeiro voluntário atende 24 horas por dia, as corporações funcionam 24 horas por dia, atendendo chamados de toda natureza.

Em Concórdia temos 148 voluntários, mas somente 27 são remunerados. Ibirama, um município pequeno, mantém 73 voluntários, sendo seis plantonistas e seis efetivos; Joinville, a maior cidade catarinense, tem a maior corporação, com 120 anos, e mantém 1.720, contudo apenas 163 são remunerados; Jaguaruna mantém 67 voluntários e tem somente cinco voluntários; Massaranduba, com 77 voluntários, tem sete remunerados; Presidente Getúlio, com 32 voluntários, tem quatro remunerados que mantêm o plantão; São Francisco do Sul, com 195 bombeiros voluntários, mantém 20 remunerados; e Treze Tílias, com 26 voluntários não tem nenhum remunerado.

Eu faço essa observação para esclarecer à sociedade catarinense que não há intenção de privatização dessas ONGs, dessas sociedades civis de bombeiros voluntários. Em momento algum falou-se em privatizar, em absoluto! É a sociedade que as mantém, deputado Moacir Sopelsa, sr. presidente, com doações de empresas, com subvenção do estado, e custa tão pouco!

Somente para se ter uma ideia do quanto o estado investe nas corporações, informo que ele gasta hoje R\$ 33,53 de recursos próprios para manter as corporações militares, com muita honra. O custo total dos bombeiros militares é de R\$ 2,79 *per capita* e dos bombeiros voluntários é de R\$ 0,13 *per capita*.

Então, não existe vontade nenhuma de privatização, bem pelo contrário...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Reno Caramori.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Muito obrigado, sr. presidente, srs. deputados e deputadas, público que nos acompanha pela TVAL, pela Rádio Aleesc Digital, catarinenses que estão aqui nos acompanhando.

Eu estava ouvindo a sua fala, deputado Reno Caramori, e gostaria de dizer que Joinville, deputado Sargento Amauri Soares, é a capital catarinense do bombeiro voluntário.

Entreí nesta Casa em 2007 e desde então estou tentando legalizar algumas questões, porque entendo que o serviço do bombeiro não é somente a prevenção, a fiscalização, mas é principalmente ser voluntário, comunitário ou militar, quando no momento da tragédia é chamado para salvar a vida das pessoas.

Eu sempre tive uma preocupação, e o deputado Reno Caramori fala agora com relação ao custo, dizendo que o bombeiro militar é mais caro que o voluntário. É óbvio que sabemos disso, até por conta do valor que o governo do estado e todos os governos investem nessa questão. A minha preocupação, deputado Moacir Sopelsa, é que o governo tem uma forma de passar esse recurso como uma subvenção social, e, na minha concepção, deputada Angela Albino, isso não é subvenção social. Repassar recurso para uma entidade que trabalha no combate ao incêndio, não é subvenção social!

Dei entrada nesta Casa, por conta disso, a um projeto de lei, que ainda deve estar em alguma gaveta, na tentativa de criar um fundo específico com um percentual do Orçamento do estado para repasse *per capita* para os bombeiros voluntários e comunitários. Por quê? Porque não pode ser dessa forma, ou seja, através de subvenção social.

Num ano como este, deputada Luciane Carminatti, um ano eleitoral, em que é complicado fazer repasses, as corporações ficam apavoradas! E não podemos deixar as corporações, que têm a missão de salvar as pessoas, darem um passo meio perigoso. E quando vêm, o que é que acontece? O governador vai para Joinville, como todos os governadores, e não falo somente agora ou nos anos anteriores, levar os recursos recorrentes da subvenção social, fazendo uma festa danada, como se fosse para lá para dar uma ajuda. Mas essa é uma responsabilidade do estado! O combate ao incêndio, a proteção ao cidadão é responsabilidade do estado, não é subvenção social! Não é um favor o que o governo está fazendo!

Por isso entendo, deputado Reno Caramori, que para não termos essa insegurança jurídica com relação à questão do repasse do dinheiro do estado para as corporações voluntárias deveríamos criar um fundo, a fim de que fosse repassado às entidades.

Em relação à PEC que está aqui - eu conversei com os bombeiros militares, que já me procuraram, como também com os bombeiros voluntários, em Joinville, e entendo, deputado Reno Caramori, v.exa. que já foi, com muito orgulho, prefeito da cidade de Caçador, que a responsabilidade e a definição para ver quem faz a vistoria, no frígir dos ovos, é do prefeito. Quem emite o habite-se é a prefeitura. Aí me disseram: mas o bombeiro vai lá para ver se o extintor está na medida certa, na altura certa. Tudo isso está no projeto que foi aprovado pela prefeitura.

Para se construir alguma coisa, é necessário o projeto hidráulico, o projeto arquitetônico e o projeto de segurança. Está

tudo lá. Mas o que está na PEC? A PEC dá a possibilidade de o prefeito também fazer, se quiser, o convênio com o bombeiro voluntário.

O Sr. Deputado Reno Caramori (Intervindo) - Ou bombeiro militar!

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - O bombeiro militar já está!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Não, não está.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - O bombeiro militar já está na nossa Constituição!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Ele tem que ter convênio.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Mas o bombeiro militar já está lá! Quem vai fazer o convênio será a prefeitura!

Srs. deputados, está fazendo uma visita, hoje, a esta Casa o nobre ex-colega e hoje prefeito de Balneário Camboriú, Edson Piriquito, que é um grande parceiro. Ele, naquele município, pode hoje somente fazer convênio com o bombeiro militar. Com a PEC, ele poderá escolher se será com o bombeiro militar ou com o bombeiro voluntário. Em Joinville, há bombeiros voluntários, são 150 anos de bombeiros voluntários, porque a prefeitura não pode fazer convênio com os bombeiros voluntários, para que possam fazer a fiscalização. Por quê? Por causa da legislação. Essa é exatamente a razão da PEC, dar aos prefeitos a possibilidade de poderem fazer esse tipo de convênio.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado Kennedy Nunes, concordo com v.exa. com relação à criação de um fundo. A maneira legal que foi encontrada dentro do orçamento do ano foi através de subvenção social, porque as corporações nada mais são do que uma entidade civil, como a ONG, que presta um serviço. Por exemplo, uma ação social, um atendimento pré-hospitalar. Somente no ano de 2011 foram realizados 73.495 atendimentos hospitalares por todas essas corporações filiadas à Abvesc. Portanto, elas atendem a parte social, cuidam de bens e vidas.

Então, foi encontrada uma maneira de repassar esses recursos, que são pequenos, para que o governo participe também na manutenção dos bombeiros voluntários. Eu vou trazer os valores que são repassados para cada corporação, para ver o que é insignificante. Tanto que o estado investe 0,13% nos bombeiros contra 2,79.

Obrigado!

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Deputado Reno Caramori, não estou dizendo que eles não fazem ação social. É claro que acharam essa forma de fazer o repasse pela subvenção social porque é uma saída jurídica dentro do orçamento, mas defendendo a criação de um fundo específico, com percentual obrigatório. E quem for o governador terá que fazer o investimento exatamente daquele percentual para atender às corporações voluntárias diante de uma *per capita*, do número de habitantes que eles cuidam, e daí receberá. É simples a matemática, basta nós e o governo quisermos resolver essa questão.

Mas volto a frisar aqui que o que estou vendo é uma batalha muito grande, e vou dizer, de forma muito descomplicada, sem qualquer tipo de pretensão ou paixão, o seguinte: precisamos, nessa discussão, baixar os estandartes e as lanças de vaidades e orgulho por disputas, sejam lá quais forem, porque no fundo a PEC que está nesta Casa não vai mudar em nada a vida do cidadão! Em nada! A PEC que está aqui, aprovada ou não,

não muda em nada a vida do cidadão. Não dá um minuto a mais ou de vida para ele. Essa que é a verdade!

Nós estamos aqui com a PEC numa armação que fizeram de guerra não sei para quê! Tanto o militar quanto os outros estão pressionando para, na verdade, disputar espaços e poder, porque no fundo o cidadão, seja de qual município for, dentre os 293, não vai sentir nada de diferença! E precisamos fazer alguma coisa para mudar a vida das pessoas, pois elas precisam ter ciência de que quem está indo lá, seja bombeiro militar ou bombeiro voluntário, vai poder fazer a fiscalização, para que possa morar ou ir a um espaço seguro. Essa que é a verdade!

Gostaria de fazer esse desabafo, a fim de pararmos com essa disputa. Vamos baixar as armas. Não estamos aqui para fazer qualquer tipo de acareação entre um e outro, estamos pensando na comunidade, e da maneira como está sendo tratada a questão, isso não vai beneficiar em nada a vida do cidadão. Vai, sim, fomentar mais ainda a questão da disputa e isso não é bom para o estado e para os catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Kennedy Nunes.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar o presidente, os demais deputados aqui presentes e todos que acompanham esta sessão.

Srs. deputados, como será realizada, hoje à noite, a primeira sessão de homenagem ao Dia da Mulher, quero fazer um destaque, em nome do Partido dos Trabalhadores, às conquistas que as mulheres vêm obtendo ao longo da história brasileira, especialmente o dia 8 de março, que é comemorado como o Dia Internacional da Mulher.

Portanto, quero destacar a origem desse dia. Foram 129 mulheres queimadas vivas em uma fábrica de tecidos em Nova Lorque, em 8 de março de 1857. Isso porque reivindicavam um salário justo e a redução da jornada de trabalho. A polícia acabou por trancar as portas da fábrica e colocar fogo no imóvel, o que veio a custar a vida das 129 mulheres. No momento do incêndio, era confeccionado um tecido de cor lilás que deu origem à cor da luta das mulheres.

Então, o primeiro destaque é com relação ao dia 8 de março, à origem histórica dessa data.

Em 1879, o governo brasileiro abriu as instituições de ensino superior do país às mulheres, mas as jovens que seguiam esse caminho eram sujeitas às pressões e à desaprovção social.

Em 1880, as primeiras mulheres graduadas em Direito encontram dificuldades em exercer a sua profissão.

Em 1932, direito ao voto. Inicialmente, elas tiveram o direito de votar e depois, então, o direito de serem votadas.

Em 2011, como resultado de toda essa luta, tivemos a primeira mulher presidente do Brasil, uma conquista de todos os brasileiros e brasileiras.

Em 1980, o Brasil cria o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher, instituído a partir de uma lei federal, e também o Dia Nacional da Mulher, no dia 30 de abril.

O Ministério da Saúde cria, então, o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher, resultado da forte mobilização

empreendida pelos movimentos feministas dos anos 70 e do início dos anos 80. Esse programa surgiu fundamentado no princípio mais importante do modelo de assistência: o da integralidade do corpo, da mente e da sexualidade de cada mulher.

Em 1985, são criadas as delegacias de atendimento à mulher. Surge a primeira Delegacia de Atendimento Especializado à Mulher, Deam, em São Paulo. E rapidamente várias outras são implantadas em estados brasileiros.

A Câmara dos Deputados também aprova, em 1985, a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Portanto, 27 anos atrás foi criada apenas a criação desse conselho.

Em 1988, é instituído, a partir da Constituição Federal, o direito e o princípio de homens e mulheres serem iguais em direitos e em obrigações. Portanto, a partir dessa data temos, no Brasil, uma legislação que reza, embora muitos não queiram, que homens e mulheres têm os mesmos direitos e obrigações.

Em 1996, Mulher Sem Medo do Poder. Visando as eleições para prefeitos e vereadoras, as mulheres se organizam em todo o país através de um movimento chamado Mulher Sem Medo do Poder. Com isso, conseguimos aumentar o número de vereadoras e de prefeitas em todo o território nacional.

O Congresso Nacional também, a partir daquele momento, inclui na legislação eleitoral a cota de 20% de mulheres em suas chapas proporcionais e depois eleva para 30%, a partir de 1998.

Em 2006, uma lei que não precisava existir, porque retrata ainda algo muito violento na nossa vida, que é a Lei Maria da Penha. Conhecida como Lei Maria da Penha n. 11.340, foi decretada pelo presidente Lula e traz várias mudanças que estabelecem um rigor maior nas punições às agressões contra a mulher quando ocorridas no âmbito familiar ou doméstico. Essa lei começa a desmontar a ideia de que em briga de marido e mulher não se mete a colher. Ou seja, essa lei preconiza que a violência precisa ser combatida, esteja onde estiver.

Quero destacar também alguns direitos que muitos não percebem no dia a dia, mas que foram difíceis de serem conquistados. O direito da mulher dona de casa poder ocupar o espaço público e trabalhar fora. O direito ao voto, em 1932. O direito das mulheres poderem disputar as Olimpíadas e campeonatos, portanto, o direito ao esporte. E para se ter uma ideia da gravidade que foi isso, o criador das Olimpíadas, quando as mulheres conquistarem o direito de disputar, oficialmente, as provas olímpicas, o criador das Olimpíadas pede demissão como presidente do Comitê Olímpico Internacional, em 1928.

Outros direitos que as mulheres conquistaram: o direito ao divórcio; de poder ser eleita para governos; de usar contraceptivo. E vamos resgatar aqui que nossas mães sempre contavam que os padres chamavam as mulheres para dizer que era pecado proibir o nascimento de mais um filho.

É por isso, então, deputado Kennedy Nunes e deputado Sargento Amauri Soares, que antigamente as nossas mães, muito obedientes e não pecadoras, tinham inúmeros filhos. Esse foi um grande desserviço da igreja à vida das mulheres. A igreja fez muita coisa boa, mas esse, especialmente, não foi correto.

Prosseguindo, as mulheres também conquistaram o direito de poder usar calça jeans, poder usar calça comprida, o direito de a mulher, e isso revolucionou os costumes da época, poder se matricular no curso superior; o

direito de a mulher casada poder escolher se quer ter o sobrenome do marido ou não ou como eu, que mantive o meu sobrenome, porque acho que isso é manter a identidade da mulher; o direito de a mulher poder chegar a cargos executivos; o direito de receber salários mais próximos dos pagos aos homens. Embora ainda tenhamos, em Santa Catarina, a maior desigualdade da nação brasileira, os homens ganham 30% em média mais do que as mulheres ao ocupar o mesmo cargo e a mesma função.

No quesito trabalho, também percebemos a participação feminina, subindo de 38,8% para 40%. A educação também melhorou, pois as mulheres estão estudando mais. Hoje, houve um crescimento de 14,7% para 20,4% de mulheres estudando.

Srs. deputados, fiz este registro para dizer que todas essas conquistas que as mulheres obtiveram, que hoje apenas comemoramos, aconteceram somente porque elas se organizaram. Nada nos foi concedido. Hoje, nesta Casa, somos quatro deputadas apenas, num universo de mais de 50% de mulheres em Santa Catarina, mas significamos muita luta e organização. Inclusive o deputado Romildo Titon, no sábado, num evento de mulheres, disse para nós quatro, deputadas, que éramos muito faladeiras, que incomodávamos, brigávamos e trabalhávamos. Isso é muito positivo, porque nem sempre na política dois mais dois são quatro. Ou seja, trabalhamos muito para fazer justiça e para representar todas as mulheres catarinenses.

Eu quero, rapidamente, sr. presidente, fazer o registro das mulheres que serão homenageadas hoje à noite e que representam também um esforço conjunto desta Casa.

Maria Angélica Ribeiro Colombo, gestora da ação social e artística plástica; Dalila Pedrini, diretora de Assistência Social da secretaria de estado da Assistência social, trabalho e Habitação; Felicitas Maria Lanzer, coordenadora do Grupo de Estudo de Adoção, de Blumenau; Neusa Freire Dias, diretora da Casa da Mulher Catarina; Assunta Maria Rodrigues, coordenadora da Pastoral da Criança de Chapecó; Justina Inês Cima, liderança nacional do Movimento de Mulheres Camponesas; Roselane Neckel, primeira mulher reitora eleita da UFSC; Silvia Hoepcke da Silva, presidente do Instituto Carl Hoepcke; Jaqueline Aranha, sambista; Rosemere Clarete da Luz, trabalhadora doméstica.

É uma homenagem do Partido dos Trabalhadores às mulheres pela sua história de luta, como também à primeira presidenta da República, a nossa querida Dilma Rousseff, e a todas as mulheres catarinenses que lutam para que este estado seja cada vez melhor.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputada Luciane Carminatti.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, público que nos acompanha na tarde desta terça-feira, vou começar o meu pronunciamento, deputado Moacir Sopelsa, com uma filosofada dos nossos grandes filósofos da região açoriana em Santa Catarina: uma coisa é uma coisa e outra coisa é bem outra coisa.

Então, não se trata de botar todos os assuntos dentro do mesmo debate, dentro dos mesmos pressupostos na hora de bater nessa

questão dos bombeiros, da PEC n. 001, que foi discutida na manhã de hoje na comissão de Constituição e Justiça e que vai continuar sendo discutida nas próximas semanas nesta Casa.

Todo trabalho do Corpo de Bombeiros, do chamado bombeiro voluntário, precisa ser aplaudido, reforçado e estruturado. No meu modo de ver, precisa também ser disciplinado por legislação estadual.

O que está em debate é a possibilidade ou não de o estado transferir a terceiros, entidade civil de caráter privado, uma função que é típica de estado. E aí, pelo meu modo de ver, uma atividade, que é função típica do estado, ser transferida para um terceiro, que é uma entidade de direito privado, é, sim, privatização. E privatização não se faz somente através de um leilão de uma coisa que se vende. Pode-se privatizar serviço, e este é o caso.

Essa é uma forma de ver, mas é evidente que cada um tem uma baliza para analisar. Transferir a terceiros um serviço que é típico do estado é privatizar. Mas esse não é o foco do debate.

Nós precisamos chegar a posições, se possível, consensuais, deputado Kennedy Nunes, com relação a esse assunto, porque existe há 120 ou 150 anos na cidade de Joinville, há 40 anos em Caçador, há 32 anos em Concórdia, como falou o deputado Reno Caramori aqui, e é verdade. Então, em 1988, a Constituição Federal atropelou essas instituições. A Constituição atual é posterior à existência desses bombeiros chamados voluntários, e a Constituição federal diz quais são as instituições que cuidam desse serviço, assim como a Constituição estadual refaz e especifica.

Nós mantemos a nossa posição de que o serviço de fiscalização e de concessão de licenciamento somente pode ser realizado por instituição pública, e esse é o elemento. As outras questões, o argumento de que o bombeiro voluntário vai falir... Vai falir por quê? "Ah, é por causa da taxa, da fiscalização". O bombeiro militar tem dito, e reitera a qualquer momento que se quiser chamar o bombeiro militar aqui, que faz, e já tem, convênio com nove cidades que têm bombeiro voluntário. E, inclusive, repassa no mínimo 50, mas até a totalidade do valor das taxas para o município. Aliás, é condição do bombeiro militar: 100% das taxas permanecer no município para o bombeiro, para o município e, inclusive, por lei municipal transferir para o fortalecimento e estruturação do bombeiro voluntário. Mas há convênios, deputado Reno Caramori - e nós podemos trazer e ler aqui -, com nove cidades no estado de Santa Catarina.

Então, o que eu estou vendo? Radicalidade nessa discussão? Há radicalidade nessa discussão, sim, deputado Kennedy Nunes, de quem acha que não é possível conviver na mesma cidade o bombeiro militar público e a instituição de bombeiro privado. E temos que ver quem é que está defendendo que é inviável à existência dos dois no mesmo espaço. Por que é inviável a existência dos dois no mesmo espaço? É essa a explicação que se precisa ter e saber quem é que está defendendo que é inviável para saber quem é que está agindo com radicalidade nessa discussão.

Na minha avaliação, querem atropelar o direito do estado e impedir uma instituição pública de entrar em determinadas regiões do estado, como se houvesse algum espaço no estado de Santa Catarina que não seja Brasil e que não esteja submetido às Constituições Federal e Estadual. Este é debate que também precisamos fazer. Precisamos é chegar a acordos através de legislação aprovada nesta Casa.

Eu conversei também com as duas

partes e perguntei isto: é possível um acordo, e esse acordo em que termos?

Esta Assembleia Legislativa pode construir uma legislação estadual para organizar essa discussão no estado de Santa Catarina. Na minha avaliação e no meu posicionamento, uma PEC que dê poder de polícia para uma entidade privada, aí não é possível dialogarmos!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Reno Caramori, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente e srs. deputados, eu havia programado outra fala para esta tarde, mas como o assunto é muito importante, é necessário que possamos cada vez mais esclarecer à sociedade o que está acontecendo.

Deputado Sargento Amauri Soares, não vejo problema de rivalidade em mantermos duas corporações na mesma cidade, mas entendo que é extravagância. A sociedade jamais iria admitir que mantivéssemos um quartel dos bombeiros militares e um de bombeiros voluntários, e ela pagando a conta. Meu Deus do céu! Sou parceiro dos bombeiros militares a qualquer momento, em qualquer situação, para que nós, deputado Manoel Mota, possamos levar o serviço de bombeiros aos 171 municípios catarinenses que ainda não o têm. Onde há bombeiro militar, eu não admito que se crie um voluntário, pois seria burrice nossa. Vou repetir: será ignorância, além de burrice, criar em Lages uma corporação de bombeiros voluntários se lá temos um belo Corpo de Bombeiros Militar, que atende à necessidade da região. Ou lá em Curitiba ou Videira. Se bem que em Videira, e quero aqui fazer uma ressalva, deputado Sargento Amauri Soares, dá pena, porque os coitadinhos daqueles bombeiros militares deslocam-se de Curitiba e Canoinhas para poder atender, porque não há efetivo em Videira. Eles ficam deslocando-se, pegando carona e vivendo de favor.

Então, não dá! Nós temos que colocar as coisas nos seus devidos lugares. Se há bombeiro militar funcionando, vamos apoiá-lo, é óbvio! O que diria a sociedade se fôssemos contra um Corpo de Bombeiros Militar que está prestando um trabalho excelente na sua comunidade?! E aplico a mesma regra aos bombeiros voluntários. Onde há um bombeiro voluntário, deixem-no trabalhar!

Poder de polícia no município quem tem é o município! É ele que vai optar pelo militar ou pelo voluntário. É o prefeito, através da Câmara de Vereadores, que vai aprovar ou não uma lei criando a oportunidade de firmar convênio com a corporação que escolher. E assim foi feito em Caçador e em todos os municípios.

Quero aqui lembrar um fato de Caçador. Deputado Moacir Sopelsa, quando eu era prefeito, os coronéis Dória e Ary Oliveira, secretário de Segurança, foram a Caçador, solicitaram uma reunião comigo e com a Corporação de Bombeiros Voluntários e disseram: "Prefeito, estamos aqui para o entendimento. Vocês querem permanecer como voluntários ou querem uma corporação militar"? Eu já havia feito uma prévia com a Corporação de Bombeiros Voluntários, com a Associação Comercial, com o Rotary Club, com o Lions, com a Maçonaria e outras entidades, que optaram que permanecesse a Corporação de

Bombeiros Voluntários. E ainda sugerimos aos coronéis Dória e Ary Oliveira que fossem a Videira - e eu fui junto - para tratar com o então prefeito Tadeu Comerlatto da instalação do Corpo de Bombeiros Militar.

Assim mesmo demorou muito tempo, mas foi uma opção que fizemos. E colaboramos, como prefeito de Caçador, com o então prefeito de Videira, Tadeu Comerlatto, para que fosse viabilizada a criação do bombeiro militar em Videira, que funciona até hoje, mesmo que precariamente, temos que dizer.

Então, não temos absolutamente nada contra voluntários, comunitários ou militares. O que queremos é que toda a sociedade seja atendida, notadamente os 171 municípios que ainda prescindem desse serviço. Porque é uma incoerência querer dar duplicidade de atendimento num município e em outro nada! Isso é brincadeira!

Portanto, volto a dizer e lembrar, deputado Manoel Mota, que não é inconstitucional essa PEC, porque o procurador-geral do Estado, o secretário da Fazenda, o desembargador e o dr. Pamplona não iriam elaborar uma emenda, com a anuência do governo do estado, que fosse inconstitucional. Por favor! A emenda diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Art. 112....."

Parágrafo Único: No exercício da competência de fiscalização de projetos, edificações e obras nos respectivos territórios, os municípios poderão, nos termos de lei local, celebrar convênios com os corpos de bombeiros voluntários para fins de verificação de certificação do atendimento às normas de segurança contra incêndio."[sic]

Por quê? Porque na Constituição consta que os bombeiros voluntários já têm, por força de lei, um convênio homologado. Então, não há nada de inconstitucional, em absoluto! O que queremos é, justamente, dar condições de que a fiscalização de obras e de projetos de prevenção de incêndio seja de competência dos municípios, em razão do interesse local.

Portanto, não estamos, em momento algum, puxando para um lado ou para outro, deputado Kennedy Nunes, e muito menos criando uma animosidade entre as corporações militares e voluntárias. Em absoluto! O voluntariado está oficializado no Brasil, é lei.

Eu dei o exemplo de Caçador, que mantém quase 200 bombeiros voluntários e 24 remunerados, que são aqueles que mantêm 24 horas por dia o caminhão com a porta aberta e pronto para qualquer evento que seja solicitado pela sociedade.

Por isso queremos, mais uma vez, esclarecer à sociedade que ninguém está criando qualquer problema e muito menos disputa. O que estamos fazendo é discutir com este Parlamento, que é inteligente, e dando oportunidade a mais uma corporação que se propõe a oferecer o seu trabalho graciosamente à sua comunidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Reno Caramori.

Esta Presidência quer registrar, com muito prazer, a presença do prefeito de Peritiba, Tarcísio Reinaldo Bervian, e do secretário de Administração e Finanças, Valmor Pedro Bacca. Seja bem-vindo, prefeito Tarcísio Reinaldo Bervian!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, eu gostaria de fazer o registro da presença do prefeito João Romão, de Garuva, que está tentando resolver no Deinfra a questão da rotatória da SC-415, de Garuva. Seja bem-vindo, prefeito João Romão, de Garuva!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes.

Também quero dar as boas-vindas ao prefeito de Garuva!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Darci de Matos, por até doze minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, desejo, rapidamente, falar sobre alguns assuntos e início fazendo menção ao Dia Internacional da Mulher, 8 de março, quinta-feira.

A deputada Luciana Carminatti já se pronunciou sobre o assunto, e temos aqui a presença da deputada Ana Paula Lima. Gostaria de dizer, sr. presidente, que no dia 24 do mês passado comemoramos 80 anos, deputado Maurício Eskudlark, da conquista do direito ao voto da mulher no Brasil. Logo em seguida, tivemos nesta Casa a primeira deputada afro, negra, do Brasil, Antonieta de Barros, deputada Ana Paula Lima, uma professora simples, digna, comprometida com a educação, com a sociedade catarinense e que orgulha as mulheres e o estado de Santa Catarina.

Sr. presidente, também gostaria de fazer menção a esse trabalho excepcional das mulheres. Os cientistas afirmam que nos últimos 50 anos a sociedade evoluiu mais do que em toda a história, por vários motivos, mas um dos motivos é exatamente a entrada da mulher no mercado de trabalho. As mulheres, deputada Ana Paula Lima, continuam cuidando dos maridos, dos filhos, da casa, mas foram, numa dupla ou tripla jornada, para o Judiciário, para a política, para as universidades, para o mundo empresarial, e estão demonstrando tanta ou mais competência do que nós, homens. E somente temos que aplaudi-las, deputado Kennedy Nunes, ou então apanhamos em casa.

Então, não poderia deixar de fazer este registro a esse bom momento das mulheres, e histórico, porque, como foi dito pela deputada Luciane Carminatti, os avanços não foram concessão de ninguém. Eles foram conquistados com muita luta, determinação, sofrimento e garra.

Mas nós ainda vivenciamos, deputada Ana Paula Lima, discriminações no que diz respeito ao índice de empregabilidade, às agressões à mulher, à ocupação de cargos públicos e assim por diante.

As mulheres, com sua força, com sua luta e com muita garra, o que lhe é peculiar, estão conquistando, a cada dia que passa, mais espaço na sociedade.

Quero também fazer menção, deputado Kennedy Nunes, à nossa querida e amada Joinville, que no dia 9 de março comemorará 161 anos de história, de luta, de garra, de progresso e, sobretudo, de sucesso, porque ela é a 13ª cidade, deputado Dado Cherem, em IDH no Brasil. Responde por 26% das exportações de Santa Catarina e por 1,6% das exportações do Brasil. Portanto, é a maior cidade do estado, a terceira maior cidade do sul do Brasil e a locomotiva catarinense.

Parabéns a Joinville por esse bom momento que vive. Gostaria de dizer que o desafio, deputado Kennedy Nunes, dos gestores públicos e dos futuros gestores públicos é exatamente

transformar esse grande crescimento econômico da cidade em qualidade de vida para a nossa população.

Também, rapidamente, não poderia deixar de fazer menção ao discurso dos eminentes deputados Sargento Amauri Soares e Reno Caramori, que trataram aqui da PEC que versa sobre os bombeiros de Santa Catarina.

Quero dizer, deputados Reno Caramori e Sargento Amauri Soares, que a prerrogativa da vistoria e da concessão de licença para a construção não é do estado. A prerrogativa é dos municípios. Se a Constituição, que foi aprovada alguns anos atrás, diz que é do estado, que é do bombeiro militar, ela é inconstitucional.

Isso qualquer leigo, qualquer cidadão, qualquer vereador do interior de Santa Catarina sabe. A prerrogativa da construção da liberação da vistoria é de quem? Não é do bombeiro militar nem do voluntário, é do município. É isso que a PEC quer. O município pode conveniar-se ao Crea, ao o Corpo de Bombeiros Comunitários, com os Voluntários ou com o Militar. A prerrogativa é do prefeito, é do gestor público municipal. E estão falando em privatizar as vistorias? Isso não existe, deputada Ana Paula Lima. Toda entidade sem fins lucrativos é de direito privado. Alguém que tenha um conhecimento mínimo jurídico sabe disso. Estão usando de maldade.

Os bombeiros voluntários são excepcionais, deputado Sargento Amauri Soares. Estão dizendo por aí que os deputados Reno Caramori e Darci de Matos são contra os militares. Isso é mentira! Isso é maldade! Não somos contra ninguém. Os bombeiros militares fazem um trabalho excepcional, assim como os comunitários e os voluntários também. Temos que manter as corporações, pois estamos devendo isso para Santa Catarina, porque há 171 municípios que estão desprotegidos, e essa PEC dará condições de a prefeitura fazer convênio com quem desejar. Essa PEC vai, com certeza, manter um trabalho que existe há 120 anos, como é o caso dos bombeiros voluntários de Joinville. Os bombeiros militares, com muita honra, com muito orgulho, deputado Sargento Amauri Soares, foram criados há 70 anos, deputado Reno Caramori, mas há 50 anos antes de serem criados os bombeiros militares Santa Catarina já existia, Joinville já era grande, Florianópolis já era imponente. E quem fez as vitórias durante 50 anos quando ainda não existiam os bombeiros militares? Quem apagou os incêndios e esteve presente nos momentos de sinistros e catástrofes no estado? Foi o bombeiro voluntário, que agora está sendo inquirido, massacrado, espezinhado, injustiçado. Essa é a grande verdade!

Nós não somos contra os bombeiros militares, deputado Sargento Amauri Soares, se alguém disser isso está usando de maldade, e esta Casa não é lugar para isso. O Poder Legislativo concede melhorias, defende as pessoas e a comunidade. Nós defendemos os militares, os voluntários e os comunitários de Santa Catarina.

Queremos fazer justiça. Queremos que os municípios, que têm a prerrogativa de fazer vistoria, façam convênios com os militares. Não há problema nisso! O prefeito é que vai decidir. Também pode ser feito convênio com o Crea ou com os bombeiros voluntários. Isso é o prefeito que vai decidir. O governo estadual não tem prerrogativa para fazer vistoria, apenas o município. Essa é a linha da PEC.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Gostaria de parabenizar todos os deputados desta Casa pela discussão e entendendo, deputados Darci de Matos, Reno Caramori e

Sargento Amauri Soares, que este é o momento para encontrarmos a melhor solução para o estado. As duas corporações fazem um excelente trabalho. Como exemplo disso podemos citar os bombeiros voluntários de Ascurra, que atendem também a Apiúna e a Rodeio e, além de todo o trabalho de infraestrutura que conquistaram, há também todo um trabalho com mais de 100 crianças que envolve a questão social, a educação, a moral, a prática de esportes, enfim, um trabalho muito grande.

Temos em todo o estado de Santa Catarina o trabalho dos bombeiros voluntários e dos militares. Conheço o grande trabalho feito lá na nossa região, no extremo oeste, pelo bombeiro militar e por todos os voluntários. Temos, inclusive, que encontrar uma forma de proteger contra algum incidente aqueles que prestam algumas horas do seu trabalho por dia para a comunidade.

Concordo em gênero e número com o deputado Reno Caramori de que não podemos ter bombeiros militares e voluntários na mesma cidade. Isso é um contrassenso, um absurdo! Vamos fortalecer o comunitário e assim que puder vamos criar uma nova corporação que se dê preferência, sob a coordenação dos bombeiros militares, para os municípios que não têm cobertura, contando, é claro, com o apoio dos comunitários que possam vir.

Então, entendo que esse é um momento feliz para Santa Catarina e, dentro dessa discussão, temos, que, efetivamente, encontrar a melhor solução, valorizando as duas instituições para o bem da população de nosso estado.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não, deputado Sargento Amauri Soares.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - A atribuição é do prefeito, mas ele precisa cumprir a Constituição Federal. O governador tem um monte de atribuições também, mas precisa cumprir todos os itens da Constituição Federal. Então, como o Crea e como as entidades privadas, o prefeito, de acordo com o texto da Constituição Federal, não tem autonomia para fazer o convênio.

Deputado Darci de Matos, v.exa. falou muito bem que não é verdade o que estão dizendo por aí que o senhor e o deputado Reno Caramori são contra os bombeiros militares e que nós queremos acabar com o voluntário. Também não é verdade isso!

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Apenas gostaria de registrar que agora às 18h teremos uma reunião, deputado Maurício Eskudlark, pela Frente Parlamentar do Transporte, com o Paulo Meller, do Deinfra, para tratar de um assunto de fundamental importância para Santa Catarina e que diz respeito à autorização da ampliação da malha para o tráfego dos bitrens que têm legalidade, que fizeram emplacamento e que pagam o IPVA de Santa Catarina.

Sr. deputado Reno Caramori, estamos muito esperançosos que através dessa reunião possamos chegar a um entendimento com o Deinfra, porque a economia de Santa Catarina não pode parar, os bitrens são uma realidade no mundo e em nosso estado, e, se as estradas têm problema de nivelamento, de acostamento e de sinalização, é uma questão nossa e não dos empresários.

Portanto, esperamos um bom acordo, hoje, às 18h.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Apenas para registrar a presença do dr. Renato Nicoletti, ex-presidente da OAB, grande advogado do estado de Santa Catarina que nos prestigia no dia de hoje.

E quero ainda reforçar a importância desse debate com referência à questão dos bitrens, porque se trata da economia de Santa Catarina. Temos que nos habituar com o novo momento do trânsito em nosso estado. Não se trata apenas de ter dificuldade para ultrapassar um bitrem. Isso não é justificativa. Se a questão fosse de segurança viária, de infraestrutura das rodovias, temos que ver o que o estado pode fazer, mas temos que defender a economia, os proprietários desses veículos, que estão devidamente licenciados e não podem ser atingidos por medidas que possam prejudicar a nossa economia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Moacir Sopelsa.

Antes, porém, com a permissão do deputado Moacir Sopelsa, gostaria de dizer que quem mantém o bitrem tem direito adquirido.

Gostaria de citar aqui o exemplo dos voos que foram cancelados para recuperação da pista, no aeroporto de Chapecó, porque foi detectado problemas de deficiência, apesar de os aviões terem recebido permissão para pousar. E se as nossas estradas não têm condições, alguém tem que recuperá-las para dar trafegabilidade.

Com a palavra o sr. deputado Moacir Sopelsa por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. deputado Reno Caramori, irei dividir o meu horário com o deputado Manoel Mota, por isso, falarei apenas durante seis minutos.

Srs. deputados, essa questão do bitrem é importantíssima, assim como a conservação das estradas, deputada Ana Paula Lima.

Mas quero falar sobre a questão que hoje envolveu a comissão de Constituição e Justiça, deputado Sargento Amauri Soares. Eu tinha conhecimento de que v.exa. possui um parecer que não questiono, acho que o parecer de v.exa. está calcado em justificativas pelo arquivamento da PEC.

Procurei deputados da comissão de Constituição e Justiça, especialmente os deputados Joares Ponticelli e José Nei Ascari, para que pudéssemos discutir melhor essa situação e não apenas arquivar uma proposta que está aqui. E não há como negar que cada um tem seus interesses e também há os interesses locais, deputada Ana Paula Lima.

Mas temos que ter a consciência de que acima dos interesses locais e acima dos interesses particulares temos a sociedade, e há de se ter o reconhecimento do credenciamento que tem o bombeiro militar. Mas não se pode negar, de forma nenhuma, a história, deputado Manoel Mota, e o trabalho, deputado Serafim Venzon, dos bombeiros voluntários. Eu me preocupo e muito com esse assunto, deputado Neodi Saretta, e gostaria de dizer que precisamos olhar para a floresta e não apenas para a árvore, deputado Kennedy Nunes.

O governo do estado tem dificuldades em todos os setores e não precisa o deputado Moacir Sopelsa dizer, mas sabemos das dificuldades da Educação, a dificuldade que têm os professores, as dificuldades da Saúde, dos médicos, as dificuldades nas rodovias, na infraestrutura, e com tudo isso o estado não

tem estrutura para assumir uma corporação, como por exemplo a de Concórdia, de Joinville, de Caçador ou de Brusque, se não me falha a memória.

Não há estrutura para dar o que a cidade precisa, e lá está o bombeiro voluntário fazendo isso. E quando se diz que vai tirar o direito do bombeiro voluntário trabalhar, a corporação será fechada e o estado vai ficar em maus lençóis, porque se não há estrutura para muitas das suas ações, não vai haver, deputada Ana Paula Lima, essa estrutura para os bombeiros militares fazer o trabalho que fazem os bombeiros voluntários em uma centena de municípios. Como os bombeiros militares terão essa estrutura e esse trabalho em mais de uma centena de municípios?

Então, o governo precisa construir uma proposta, o governador precisa construir uma proposta que dê condições para os bombeiros voluntários fazerem o seu trabalho, deputado Sargento Amauri Soares.

O município também é um poder público, basta que possamos dar a ele esse poder, através de uma emenda à Constituição, nesta Casa. Não é fazer uma emenda inconstitucional, mas uma emenda em que o município tenha poder também, pois é um poder público. Quem tem o poder de polícia, segundo a Constituição, é a união, o estado e os municípios. Devemos encontrar uma alternativa que possa atender e resguardar também os bombeiros voluntários. Ninguém quer tirar o direito do bombeiro militar, apenas reconhecer o trabalho já feito há décadas. Não me refiro aos 120 anos de Joinville, deputado Reno Caramori, mas aos 30 de Concórdia e ao mundo onde os bombeiros voluntários são reconhecidos.

O deputado Sargento Amauri Soares fala na criação de um convênio. Acho que um convênio pode resolver desde que se dê alguma segurança para que amanhã ele não seja interrompido ou que no ano que vem ele deixe de existir. Que a corporação daquele município, que está estruturada, criada, possa deixar de ter essa preocupação de amanhã perder o seu poder.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pelo restante do tempo do partido do PMDB, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, gostaria de registrar o momento que vivemos em Araranguá, no último domingo, no Quilômetro de Arrancada de Caminhão, a festa mais linda que conheci em todos os tempos.

Foi um evento criado há 26 anos, mas durante quatro anos não foi realizado, por isso foi realizado 22 vezes. Nos primeiros cinco anos transformou-se na maior festa de Santa Catarina; há oito ou dez anos transformou-se na maior festa do Brasil; e hoje é a maior festa do mundo na categoria caminhão transporte de carga.

Colocamos, num dia apenas, 150 mil pessoas numa festa, e lá os caminhoneiros, que são os grandes artistas da festa, mostraram suas habilidades, sua garra e rapidez.

Quero, aqui, parabenizar a prefeitura municipal de Balneário Arroio do Silva e toda a organização, que merece nota dez. Mas quero parabenizar a empresa Aspecto - Comunicação Empresarial -, que deu um banho de organização e que fez com que os empresários do Paraná, de São Paulo, do Rio de Janeiro, da Bahia, de Minas Gerais, de Mato Grosso, de

Porto Alegre, do Brasil inteiro, na área de transportes, dissessem que nunca viram coisa igual.

Por isso, temos que comemorar, festejar.

Eu tenho a honra de dizer que fui prefeito daquela cidade, Araranguá, e criei aquela festa para valorizar o motorista profissional e para que ela se transformasse nesse grande acontecimento.

Deputado Darci de Matos, v.exa. falou há pouco dos bitrens, dos treminhões, e quero dizer que os pilotos desses caminhões estavam naquela festa dando demonstrações de beleza.

Mas também gostaria de falar que durante esses meus 30 anos de vida pública cumpri seis mandatos neste Parlamento, trabalhando, fazendo amizades, tomando decisões, cumprindo ações, cumprindo o meu compromisso com o povo de Santa Catarina, especialmente com o sul do estado. Tive a honra de ser escolhido pelos meus companheiros, por sete vezes, líder da bancada. Talvez, nem daqui a um século teremos, neste Parlamento, um deputado líder de bancada por sete vezes.

Por isso, terça-feira, vamos fazer o rodízio com a minha bancada, com muita tranquilidade, com muita responsabilidade, porque acho que com esse rodízio vem sangue novo, pessoas com garra, com vontade de trabalhar, e isso é importante. Acho que sempre cumpri minha missão com lealdade, com decisão, com responsabilidade, e a minha bancada esteve em primeiro lugar, eminente deputado Darci de Matos. Nunca usufruí no momento da liderança do poder de ser líder, sempre coloquei a minha bancada em primeiro lugar e sinto-me orgulhoso de ter feito tudo isso.

Sr. presidente, quero pedir mais dois minutinhos, porque é uma despedida da liderança e sei que irá conceder para que v.exa. possa utilizar o tempo. E quero dizer que se fui leal ao governador Luiz Henrique, ao governador Paulo Afonso e ao governador Casildo Maldaner, estou sendo leal ao governador Raimundo Colombo e a Eduardo Moreira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Deputado Manoel Mota, antes de conceder o tempo a v.exa., lamento muito receber a notícia de que não será mais o líder do PMDB. Esta Casa, com certeza, vai sentir saudades do seu exercício na liderança, muito embora seja bem substituído pelo deputado que irá sucedê-lo. Mas esta Casa concede o tempo que julgar necessário para a sua despedida de liderança da maior bancada desta Casa.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Muito obrigado pela oportunidade, porque até terça-feira ainda serei o líder, quando tomaremos essa decisão que já é sacramentada.

Por isso, preciso agradecer, sim, à minha bancada, ao meu líder do governo, pois sempre trabalhamos em sintonia sem ter nenhum problema, seja com o deputado Elizeu Mattos, com o deputado Herneus de Nadal, que foi líder do governo e da bancada, com o eminente deputado João Henrique Blasi, hoje desembargador, que foi líder do governo e eu líder de bancada, mas sempre trabalhando em sintonia, com muita lealdade ao povo, a este Parlamento, aos parlamentares e à minha bancada.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - É uma honra ouvir v.exa., nobre deputado.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Quero saudar esse caminhoneiro que criou o

Arrancadão, que se constitui numa das maiores festas de Santa Catarina, reunindo aproximadamente 100 mil pessoas, promovendo, com certeza, o aquecimento da nossa economia, o turismo, o lazer para o sul e para o estado de Santa Catarina.

Deputado Manoel Mota, v.exa., além de uma história bonita, fantástica, de vida, da sua trajetória política, tem dado muitas contribuições para Santa Catarina. E o Arrancadão, com certeza, é uma das grandes contribuições que v.exa. deu quando criou essa festa maravilhosa que se consolida como uma das grandes festas do estado e do Brasil.

Parabéns, deputado Manoel Mota!

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Agradeço o aparte de v.exa. e incorporo-o ao meu pronunciamento.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me concede um aparte?

Pois não, com muita honra concedo um aparte ao eminente deputado Moacir Sopelsa, grande amigo, com várias passagens por esta Casa, sempre trabalhando em sintonia conosco.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Serei breve, deputado Manoel Mota, porque a gentileza do presidente Gelson Merisio foi com v.exa.

Quero cumprimentá-lo e tenho a convicção da grandeza do deputado que v.exa. é e, se não me falha a memória, por seis mandatos aqui e sempre que exerceu a liderança do meu partido, da nossa bancada, foi um líder que colocou acima de tudo o interesse de todos e não o seu particular. E sabia que no dia de hoje v.exa. teria essa grandeza; por isso, quero cumprimentá-lo e parabenizá-lo, desejando que v.exa. possa continuar sendo esse deputado amigo de todos, mesmo quando divergimos em algumas coisas, mas sabemos aquilo que v.exa. faz e aquilo que se propõe a fazer para defender o estado de Santa Catarina.

Parabéns!

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Agradeço ao deputado Moacir Sopelsa o carinho e incorporo suas palavras ao meu pronunciamento.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

Pois não! Estivemos um de um lado do balcão e o outro do outro, mas isso foi coisa do passado e hoje podemos trabalhar em sintonia pelo sul do nosso estado.

A palavra está com v.exa.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - É que a eleição passou, deputado Manoel Mota. E agora o nosso compromisso é com o sul de Santa Catarina. Aliás, esse é o propósito dos oito deputados do sul, mas não só do sul, pois somos deputados de Santa Catarina e como tal temos-nos unidos a todas as causas, até porque a eleição tem os seus três meses de campanha. Lá vamos tratar disso, mas agora vamos cuidar dos interesses do estado.

Quero cumprimentá-lo também. Estive lá no domingo e eu tinha dito a v.exa. que lá estaria, como tenho feito todos os anos junto com o deputado Valmir Comin. O deputado José Milton Scheffer, infelizmente, estava em missão fora e não pôde participar. Mas estavam o deputado José Nei Ascari e o deputado Edinho Bez, o prefeito, enfim, todos aqueles que fizeram da 22ª edição do Arrancadão, um evento não mais do Arroio ou de Araranguá, quando era e quando v.exa. iniciou, não é só do sul nem de Santa Catarina, é um evento do Brasil, que nos enche de orgulho. Fiquei muito feliz de estar lá juntamente com v.exa., com dezenas de milhares de catarinenses e brasileiros que lá estiveram em mais essa edição do sucesso, que é

o Arrancadão de Caminhão.

Parabéns!

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Cumprimento v.exa. e agradeço as considerações. Vamos continuar com a mesma garra.

O Sr. Deputado Jailson Lima - V.Exa. me concede um aparte?

Pois não!

O Sr. Deputado Jailson Lima - Deputado Manoel Mota, a política tem essas voltas. Deputado Moacir Sopelsa, veja o pronunciamento do deputado Joares Ponticelli, quanta deferência ao deputado Manoel Mota, depois de quase se esquentarem aqui no mandato passado.

Então, quero parabenizar v.exa. pela atuação frente ao PMDB. V.Exa. foi o melhor líder que o PMDB já teve.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

Pois não!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Eu só quero fazer o registro do companheirismo do deputado Manoel Mota. Eu junto à liderança do governo e o deputado na liderança da nossa bancada até confundimos às vezes as questões de líder do governo e de líder de bancada.

Algumas coisas até copiamos do deputado Manoel Mota lá na serra, que é o Arrancadão, pois a partir de sábado, dias 10 e 11, estaremos realizando o nosso Arrancadão lá em Lages, na localidade de Pedras Brancas. E o de Araranguá é uma criação do deputado Manoel Mota.

O deputado Manoel Mota é um homem muito grande. Mesmo não estando em nossa liderança, continuará sendo um dos nossos líderes aqui, na Assembleia Legislativa.

O Sr. Deputado Dado Cherem - V.Exa. me concede um aparte?

Pois não!

O Sr. Deputado Dado Cherem - Nobre deputado, com certeza depois do que vi hoje, os beijos e os abraços que o deputado Joares Ponticelli lhe deu na comissão de Constituição e Justiça, não tenho dúvida da sua capacidade de liderar, de entender o momento político e de fazer disso tudo um ato muito grande.

Quero dizer que quando aqui cheguei vi que seu trabalho como deputado era maior do que tudo, se fosse para defender o governo, v.exa. defendia. E acho que é essa a missão de um líder. Tem que provar que o governo está certo. E v.exa. fez isso com muita maestria, com muita competência, a ponto de o deputado Joares Ponticelli hoje dar um beijo de agradecimento em v.exa. por tudo que fez para ele também.

Então, quero deixar aqui um abraço a v.exa. e dizer que com certeza o PMDB tem e terá um grande líder como v.exa.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Muito obrigado!

Meu caro presidente, vou fazer esse papel na terça-feira, mas está definido que vamos fazer o rodízio e colocar aqui sangue novo. Mas vamos continuar com a mesma garra, trabalhando junto com os companheiros, com os colegas e amigos nesta Casa.

Por isso, sr. presidente, muito obrigado e agradeço também à minha bancada.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Vezone, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VEZON - Sr. presidente, sras. e srs. deputados,

prezados catarinenses que nos acompanham através da TVAL e da Rádio Alesc Digital, quero saudar muito especialmente a professora Edna Lauriano, de Lauro Muller, a prefeita de São Joaquim, sra. Marlene de Fátima, o vice-prefeito de São João do Sul e toda a delegação que o acompanha.

Cumprimento também o presidente do Conselho Estadual do Artesanato, sr. Valdir Frank, o líder do nosso partido, deputado Dado Cherem, que me concede nessa primeira semana do meu retorno do mandato a oportunidade de usar a tribuna em nome do PSDB.

Gostaria de destacar aqui que Santa Catarina tem 6,245 bilhões pessoas e 20% dessa população recebe ou passa o mês com menos de meio salário mínimo. Isso corresponde a 351 mil famílias, que corresponde a 1,2 milhão de pessoas. São apenas 20%, mas se fosse colocar todos em fila, atravessaria daqui até Dionísio Cerqueira e de lá até a Argentina. Essas pessoas vivem de certa maneira em vulnerabilidade social, pelo fato de receberem ou de passarem o mês com menos de meio salário mínimo. E desse 1,2 milhão, 500 mil são crianças de zero a 18 anos, chamando assim, já que é considerado adulto apenas acima dos 18 anos.

Durante o ano de 2011 a secretaria da Assistência Social, sob a minha coordenação, executou inúmeros projetos do orçamento elaborado em 2010, pagou contas por determinação do governador de 2005, 2006 e 2007, algumas contas que estavam lá, enfim, saldou todas as contas, elaborou e projetou as ações para 2012, 2013 e 2014, pelo menos. E entre essas projeções, algumas delas, para serem executadas, custa dinheiro. Custam mais recursos para ter a sua execução.

Eu tenho certeza de que sob o comando agora do dr. Cândido, um administrador público desde a sua juventude, que já foi secretário da Saúde, já foi provedor do Hospital de Caridade, já foi secretário da Saúde estadual e municipal, o segundo secretário nacional da Assistência Social, então, sem dúvida nenhuma, não lhe falta habilidade e certamente não faltará recursos para investir em algumas áreas que precisam de recursos.

Mas hoje quero me ater ao FIA, sr. presidente, e pedir a permissão para fazer esse trabalho primeiramente aqui dentro da Assembleia. Nós reativamos o FIA - Fundo da Infância e do Adolescente. E esse fundo, essa lei, já tem mais de 20 anos, mas estava sepultada, morta, até o ano passado.

No ano passado, reativamos esse fundo, criamos uma conta especial para o fundo. No estado de Santa Catarina existem três contas: a conta única do estado, em que todas as contribuições, toda a arrecadação cai nessa conta, com exceção, deputado Nilson Gonçalves, do Porto de São Francisco que tem uma conta especial, até pelo volume do movimento que é gerado ali. E a outra conta especial é a conta do FIA, cujo número é 800.500-1. É a conta do Fundo da Infância e do Adolescente. E já tem um gestor, o padre Antônio Luiz Caon. O seu consultor é o ex-deputado Marcondes Marchetti. E sem dúvida nenhuma, sob a coordenação do dr. Cândido, se contar com a colaboração de todos os catarinenses de boa vontade de coração, os quais vão contribuir a partir de agora com o FIA, poderemos atender a essas 500 mil crianças, através de projetos.

As universidades, as entidades religiosas, as igrejas, e são tantas que temos, a Católica, a Luterana, as diversas Evangélicas, poderão fazer o projeto. Até temos na secretaria uma equipe para receber os projetos, que denominamos de banco de projetos. Esse

banco vai fazer análises e vai depois fazer a execução em parceria justamente com todas essas entidades.

Qual é o meu pedido especial, presidente Moacir Sopelsa e deputado Jailson Lima? Acontece que a Receita Federal fez uma permissão, pela primeira vez, que para alguém contribuir para um fundo, seja do esporte ou da criança, teria que tê-lo feito até 31 de dezembro do ano passado, para poder constar na declaração que começaram os senhores deputados, cada um de nós, aqui, a fazer agora, a partir do dia primeiro de março e que vai até dia 30 de abril.

A resolução, e vou distribuir depois para casa um, diz que cada um de nós, ao fazer a conta do IR, pode destinar 3% do imposto devido à conta 500.5000-1, que é a conta do FIA. E esses recursos serão destinados a projetos voltados à criança e ao adolescente, de forma especial àquelas que vivem em situação de vulnerabilidade, em parceria com as igrejas e com as entidades, com as universidades, que serão nossos parceiros.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Não havendo matéria na Ordem do Dia, suspendemos a sessão por até 15 minutos para atendermos ao requerimento da deputada Ana Paula Lima, assinado pelos srs. líderes, para que o presidente da Eletrosul, sr. Eurides Mescolotto, apresente o relatório da prestação de contas de investimentos dessa importante empresa sediada em Santa Catarina.

Está suspensa a sessão por até 15 minutos.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a sessão.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sra. presidente, quero, em primeiro lugar, cumprimentá-la pela iniciativa nessa ação de transparência, de prestação de contas que promove a nossa Eletrosul, através do presidente Eurides Mescolotto e toda diretoria.

Fiquei feliz em conhecer os números dos investimentos. Por isso é importante a presença da direção da empresa no plenário da Casa do Povo, a fim de prestar contas, para que possamos ter conhecimento de todos esses investimentos.

Quero dizer ainda que fiquei extremamente preocupado com o final da sua manifestação - e essa tem que ser uma preocupação de todos nós -, porque a concessão termina em 2015, primeiro ano do novo governo federal e dos novos governos estaduais. Então, se essa questão não for encaminhada desde já com muita responsabilidade, de forma republicana e suprapartidária, é muito séria porque não sabemos o que o eleitor vai decidir em 2014 nas eleições.

Quero lembrar também que a nossa Unale, União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais, definiu como prioridade da sua conferência de 2012, que ocorrerá em Natal, a questão das energias, seus desafios e perspectivas, porque realmente muitos são os desafios, as questões ambientais, os investimentos, as novas matrizes.

Deputado Valmir Comin, outro dia acompanhei o novo projeto que se está desenvolvendo para Braço do Norte, ou seja, há a questão da energia eólica no estado, pois há anos não se consegue licenciamento para o parque de Laguna.

De forma que quero, sr. presidente, desde já convocar o presidente e a diretoria da Eletrosul para estarem conosco em Natal. O ministério já está...

(Manifestação interrompida por término do tempo regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, srs. líderes se podemos estabelecer o tempo de dois minutos para cada deputado.

(As lideranças aquiescem.)

O Sr. Deputado Jailson Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jailson Lima

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Primeiramente, quero saudar e cumprimentar o companheiro Eurides Mescolotto e toda a diretoria da Eletrosul, não apenas pela apresentação clarividente, mas pela visão sobre a importância de energia para o estado. Aqui foi abordada a questão da energia solar. Sabemos que ela não é competitiva para o nosso mercado. No entanto, a Eletrosul, como centro de referência da nossa região e do país, está investindo no primeiro projeto solar numa empresa pública.

Sua participação é muito importante em parques eólicos, não apenas em Santa Catarina, mas também em outras regiões, transformando-se de uma empresa que estava a caminho da privatização numa empresa que é referência nacional.

Por isso, Mescolotto, acho que a sua preocupação com relação ao término da concessão é relevante. Temos que fazer um debate claro com os demais parlamentares, e a conferência da Unale, em Natal, será fundamental, porque lá se estará debatendo essa questão como uma premissa do que se avizinha.

Mas, de certa maneira, diria que me sinto um pouco tranquilo quando você fala da guilhotina, porque temos como presidente da República uma verdadeira *expert* do setor energético brasileiro. Por fim, quero dar nota 13 a toda diretoria da Eletrosul. Parabéns pelo brilhante trabalho apresentado, mas da próxima vez quero um *pendrive* com 13 *gigabytes* e não apenas com oito.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, da mesma forma, quero cumprimentar a Eletrosul na pessoa do seu presidente, Eurides Mescolotto, do diretor Antônio Vitturi e de todos os empregados da empresa que aqui estão.

Quero destacar um ponto da sua fala, especificamente sobre a inovação que está em andamento, ou seja, as placas solares que são feitas na sede da Eletrosul.

Eu li no material de vocês que é o equivalente a um ano, 570 casas, o que vocês vão economizar. Que é uma iniciativa pioneira, como foi pioneira a cidade de Florianópolis, que mudou completamente o seu perfil depois que a Eletrosul se instalou aqui, trazendo pessoas qualificadas do Brasil inteiro para tocar essa grande empresa que orgulha o povo brasileiro. Ressalte-se que nas mãos de Eurides Mescolotto a Eletrosul se desenvolveu ainda mais, foi ainda mais arrojada.

Eu até comentava com o deputado Joares Ponticelli que na Assembleia Legislativa poderíamos incentivar os órgãos públicos a usar essa fórmula de energia limpa e entrar num novo tempo.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Quero cumprimentar a Eletrosul pela visão de futuro e pela preocupação com o meio ambiente.

Com relação ao projeto de Itapiranga, v.exa. sabe muito bem que quando se divulga uma notícia já começam as manifestações contrárias.

Eu não sei se posso, mas gostaria de perguntar se já há algum projeto a respeito e como está o encaminhamento. No folheto da empresa consta que o projeto de Itapiranga está em estudo. Mas gostaria de saber se já existe um estudo sobre o impacto no meio ambiente e se o projeto se concretizará.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Deputado, vou abrir um a exceção e permitir que o presidente da Eletrosul responda, mesmo que a sessão já tenha sido reaberta.

O SR. EURIDES MESCOLOTTO - Sr. deputado, em relação à usina hidrelétrica de Itapiranga, o que posso dizer é que é uma decisão do governo federal. Estamos agora nos estudos preliminares, ou seja, acerca do meio ambiente, da repercussão social etc. Nós, da Eletrosul, temos uma sede em Itapiranga, porque o governo nos deu a missão de fazer esses estudos.

Então, estamos implementando esses estudos e em pouco tempo, provavelmente no final de 2013 ou início de 2014, poderá ir a leilão a usina de Itapiranga.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Obrigado, sr. presidente, pela concessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Esta Casa quer agradecer a presença do presidente da Eletrosul, do diretor administrativo Antônio Vitturi, do chefe de gabinete da presidência e de Sadi Faustino, gerente de Comunicação.

Deputado Jailson Lima, a Eletrosul merece mais do que nota 13, merece nota 15!

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito para falar o deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, demais deputados, quem nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital e os presentes nesta tarde de terça-feira, quero, sim, retomar o debate anterior para poder tentar fazê-lo de forma tranquila e, na medida do possível, desapaixionada. É um debate de fato quente, a situação está conflituosa em algumas cidades do estado de Santa Catarina e precisamos chegar a uma solução razoável. Acredito que este Poder debatendo com a sociedade, mais especificamente com o Corpo de Bombeiros Militar e com os Bombeiros Voluntários conseguirá chegar a uma posição definitiva, que é o que interessa à maioria da sociedade.

Tenho a convicção absoluta de que nenhum deputado desta Casa trabalha pelo enfraquecimento do Corpo de Bombeiros Militar. Não há essa motivação, não há essa intenção. Nenhum dos deputados que assinaram a PEC, nenhum dos deputados que votarão a favor da PEC n. 0001, a dos Bombeiros Voluntários, tem qualquer motivação no sentido do enfraquecimento e da destruição do Corpo de Bombeiros Militar. Da mesma forma, nenhum deputado tem posição contrária, tem qualquer intenção na dissolução, no desmanche ou enfraquecimento dos Bombeiros Voluntários.

O debate na tarde de hoje, inclusive via computador, via *Twitter*, diz muito isso. E dizem: "Olha, deputado, se um dia o senhor sofrer um acidente na rodovia não vai aceitar o atendimento dos bombeiros voluntários, porque ele é inconstitucional?" Além dessa mensagem

parecer uma ameaça, evidentemente que ela não nos espanta, porque essa é a animosidade que existe.

Precisa ficar claro também que a nossa posição não se trata de dizer que os Bombeiros Voluntários não devam fazer o atendimento de urgência. Pelo contrário! Precisamos fortalecer os bombeiros em todos os sentidos, bem como os servidores públicos, enfim, fortalecer os serviços em todos os sentidos. E os Bombeiros Voluntários podem e prestam um serviço excepcional e de relevância para a sociedade catarinense nas cidades em que estão estabelecidos, fazendo as ações na área civil, no combate a incêndios, fazendo os atendimentos de urgência e um conjunto infinito de outros atendimentos que uma instituição desse tipo realiza.

Por outro lado, há necessidade de dizer que não seria humanamente racional querer proibir alguém de, no seu dia de folga, no seu dia de férias, no seu dia de recreio com a sua família, dizer que está nesse tempo 100% à disposição da sociedade para aquilo que ela precisar no serviço de urgência. Isso, além de tudo, demonstra a capacidade e a generosidade do ser humano, do brasileiro de forma geral.

Toda pessoa, todo ser humano quer sentir-se útil para seu vizinho, seu conterrâneo, sua cidade! Isso é próprio do ser humano. A realidade do ser humano que não quer isso é que é a exceção. O ser humano, em geral, quer sentir-se útil e, portanto, prestar um serviço de forma voluntária no dia em que está de folga da empresa, no final de semana, à noite. Essa pessoa merece, com certeza, o nosso aplauso, sempre vai merecê-lo, pois é até uma atividade comovente.

Esse tipo de serviço tem sido realizado junto aos bombeiros voluntários e também junto aos bombeiros militares do estado.

É evidente que a sociedade não pode contar somente com isso. E espero que isso não seja pejorativo, porque não podemos contar somente com essa modalidade, pois não há intensificação da jornada de trabalho. Inclusive, no momento de crescimento econômico esse efetivo, de forma voluntária, não vai ter uma estrutura permanente para fazer a segurança e a proteção da sociedade. Por isso foi preciso contratar profissionais.

O chamado bombeiro voluntário tem um número x, um percentual em cada uma das corporações, pois é profissional contratado pela CLT. Em alguns lugares, há sindicato, como há em Joinville. Em outros lugares há ações trabalhistas.

Precisamos e podemos chegar aqui a uma posição, a um acordo com relação a essa questão. Creio, sim, que existe um ponto de divergência sobre o qual precisamos nos debruçar, que é a questão da fiscalização; a questão do papel que entendo ser função típica e, no meu modo de ver, exclusiva de estado, que é o chamado poder de polícia, o poder de conceder ou não uma licença. O poder de fazer ou não uma autuação, uma notificação. Esse é o poder que entendo ser típico do estado e intransferível.

Mas chegando a um acordo com relação a essa questão, todas as outras questões são fáceis de resolver. Se a questão é o recurso financeiro, também acredito, deputado Moacir Sopelsa, que está vindo um avanço, apesar desse conflito, dessa compreensão. Porque também já recebi reclamação dos bombeiros militares, deputado Maurício Eskudlark, dizendo que fazem o serviço na ponta e que o recurso era arrecadado para a capital, para o estado, para o poder estadual e muitas vezes não voltava para a origem, para aquela cidade, para aquela região.

Então, isso precisa ser sanado em legislação estadual e podemos fazer isso aqui. Que todo o

recurso da fiscalização nessa área e nas outras também permaneçam no município, integralmente, 100%, pois ele vai usá-lo inclusive ou principalmente para fortalecer a atividade, os equipamentos e, por que não dizer, o efetivo dos bombeiros. E aí, sim, podemos discutir proporcionalmente, conforme a quantidade de profissionais de cada cidade.

Mas para a minha alegria, parece que podemos caminhar nessa direção, ou seja, que o recurso oriundo da arrecadação das taxas e das fiscalizações na concessão de licença e eventualmente de autuações permaneça 100% na cidade; que ele possa permanecer na própria cidade, inclusive para fortalecer o bombeiro voluntário, porque presta um serviço, repito, de excepcional importância para a sociedade.

É comovente e até entendo o desespero daquele bombeiro voluntário quando vê um deputado dizendo que é contra, pois ele dedica parte importante da sua vida para defender o outro, para defender a sociedade. Nós queremos que ele continue tendo essa dedicação, fazendo isso com mais estrutura e com mais recursos, inclusive com recursos oriundos das taxas de fiscalização. O único ponto de divergência é esse: quem pode fazer a fiscalização, não o recurso de quem é que usa e para onde é que vai. Então, com relação ao recurso oriundo das taxas, podemos chegar a um acordo tranquilamente.

Agora, quem é que pode atuar, quem é que pode dizer sim, dizer não, numa função e numa responsabilidade que é posteriormente do estado, que neste momento está sendo do prefeito? Se a Constituição dá poder ao prefeito, ele tem que seguir a Constituição. E há inclusive prefeito no em nosso estado que talvez acabe tendo que responder processo em virtude dessa questão ou da administração desses recursos. Por isso é que há muita dificuldade ou uma grande ansiedade de muitos prefeitos em virtude dessa questão, porque há uma instabilidade legal com relação a isso, deixando inseguros os prefeitos. Mas creio que nós, deputados, podemos e devemos, junto com os bombeiros voluntários e os bombeiros militares, fazer esse debate e estabelecer uma legislação estadual, disciplinando e organizando esses serviços no estado de Santa Catarina, que é isso que interessa à sociedade catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos. O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, assomo à tribuna para discorrer sobre os temas hoje tratados na Assembleia, reforçando também o pronunciamento do deputado Sargento Amauri Soares com relação à questão dos bombeiros.

Eu acho que a iniciativa, como bem disse v.exa., foi para que ocorresse a discussão do tema. Os deputados, quando assinaram a PEC, aprovaram a discussão pelo plenário, pelas comissões, para que encontrássemos uma solução.

Temos, no estado de Santa Catarina, grandes exemplos de atuação de bombeiros comunitários e grandes exemplos de atuação de bombeiros militares, inclusive alguns casos ruins de sucateamento, de infraestruturas, de atendimento precário ao cidadão.

Então, com relação a essa discussão sobre a fiscalização, ninguém discute a questão do atendimento, do trabalho que é feito, sendo que o poder de polícia, o poder de fiscalização e de liberação de obras é que vem para

discussão. Há a discussão de que isso é atividade do município, que o município vai conveniar, mas temos que ter muita responsabilidade na delegação desse poder se isso vier acontecer, que é o que nos preocupa, deputado Sargento Amauri Soares, que essa delegação não traga prejuízos, não favoreça interesses escusos, que é uma atividade muito importante essa de fiscalização, de liberação de obras em todos os municípios.

Quanto à atividade dos bombeiros, temos dezenas ou centenas de bons exemplos no estado de Santa Catarina.

Também entendo que temos que ter no município o bombeiro militar ou o bombeiro comunitário. Não podemos fazer competição. Já houve até algumas reclamações, em alguns municípios, nesse sentido. Temos que definir, inclusive, as áreas. Claro que como se trata de um serviço de emergência, temos que colocá-lo o mais próximo possível do cidadão. Isso tem sido inclusive preocupação do coronel José Luiz Masni, que é o comandante-geral dos bombeiros militares de Santa Catarina, no sentido de aprimorar e distribuir, de forma eficiente, o efetivo, para que a comunidade seja cada vez melhor atendida. E cito como exemplo o comandante Júnior, dos bombeiros voluntários de Ascurra, Rodeio e Apiúna, que faz um grande trabalho com apoio de empresas e da municipalidade.

Além desse trabalho de socorro, há problemas com enchentes, incêndios, com acidentes na rodovia 470, no trecho de Ibirama até quase Indaial e Blumenau. É uma região de muitos acidentes. E a região de Apiúna, Rodeio, Ascurra é uma região em que o bombeiro comunitário tem atendido, e, além disso, ainda faz um trabalho social.

Então, o nosso desejo, deputado Sargento Amauri Soares, era que houvesse uma conciliação. Entendo que deveria haver um comando ou uma participação no comando do militar nessa interação, deixando as vaidades de lado. Claro que encontramos entidades centenárias, como a de Joinville, cada uma puxando para o seu lado, e com razão, demonstrando a competência, ao longo dos anos, deputado Ismael dos Santos, criando com isso uma dificuldade. Somos muito bairristas e às vezes encontramos algumas dificuldades na cessão de algumas questões.

O segundo assunto que quero falar diz respeito à realização de uma reunião da comissão de Transportes, que tratou da questão das rodovias, da proibição da circulação dos bitrens, e isso efetivamente causa um problema muito grande para o transporte e para a economia do estado de Santa Catarina.

Não podemos, sem uma análise profunda, impedir a circulação desse ou daquele tipo de veículo, pois isso pode causar prejuízo. Eu entendo disso, porque fomos procurados, primeiro, com relação à questão das rodovias do noroeste de Santa Catarina - Campo Eré, São Lourenço do Oeste, Abelardo Luz -, enfim, toda aquela região.

Houve uma orientação da polícia rodoviária estadual de que iria haver fiscalização, inclusive multa. E através de manifestação dos transportadores e de vários segmentos da economia regional procuramos interceder e saber o porquê daquela interdição que iria causar problemas.

Nós sabemos do excesso de trânsito nas nossas rodovias, e isso não é somente em nível de Santa Catarina, em nível de Brasil, e temos que conciliar a segurança no trânsito com toda essa possibilidade. Tudo isso é importante para o nosso estado.

Ontem, quando fomos visitar o vale do Itajaí, deputado Ismael dos Santos, fui também até a agência do Banco do Brasil, em Ascurra.

Quando estava entrando no banco senti um cheiro de queimado e ainda brinquei comigo mesmo, pensando que podiam explodi-lo. E no domingo já tinham estourado aquele banco não com dinamite, mas com o uso de maçarico.

Mas lendo a manchete sobre esse assunto, vemos que o comércio já reage e tira caixas de banco, e isso já começa a causar uma preocupação muito grande no estado, até porque o cidadão está-se sentindo inseguro. O cidadão que está entrando numa agência bancária à noite já fica preocupado se aquilo ali, dali a pouco, não vai voar pelos ares. Acho que os vizinhos de agências bancárias já estão passando boa parte da noite na janela expiando, cuidando a agência.

Eu vejo que a Segurança Pública, junto com as instituições financeiras, com os bancos, tem que estudar uma forma de conter isso. Temos que, junto com os bancos, estudar mecanismos para que a segurança pública seja alertada, no sentido de se criar dificuldades, porque não vamos continuar nessa situação que estamos enfrentando atualmente.

Tivemos em dois meses, neste ano, praticamente 18 casos, sendo que dez casos foram no mês de janeiro, cinco em fevereiro, três em março, mas estamos no início do ano e essa é uma questão de segurança que nos preocupa.

Eu sei da competência da Segurança Pública, da Polícia Civil na área de investigação, acompanhei há poucos dias o relato dos policiais que trabalhavam em cima daquela quadrilha que foi presa na Penha, ocasião em que houve reação, houve marginal ferido e morto, mas precisamos intensificar o trabalho por parte da chefia da Polícia Civil, do comando da Polícia Militar, que faz um belo trabalho, um trabalho social muito grande, pois estamos quase vivendo momentos de guerrilha.

Precisamos, então, da efetiva ação no combate a esse tipo de crime. Se todos os estabelecimentos comerciais, supermercados, *shoppings* começarem a desativar os caixas eletrônicos, teremos muitos problemas, além da segurança, que é o que mais nos preocupa neste momento.

Assim sendo, é muito importante que as instituições financeiras, junto com os organismos de segurança, adotem providências para acabar com essa onda. Além de uma legislação rigorosa, no Brasil sempre mudamos a lei quando surge um problema, quando um menor é arrastado por um marginal, como aconteceu no Rio de Janeiro. Por isso temos que tomar efetivas providências para o combate a esse tipo de crime que está tirando o sossego da população catarinense, tanto nos grandes municípios, como ocorreu em Itapema, numa avenida movimentada, na principal avenida de uma grande cidade, quanto nos pequenos municípios.

Confio na segurança pública, sei do trabalho...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados que ainda estão nesta Casa, é uma satisfação em poder nos comunicar com os catarinenses através da TVAL, da Rádio Alecs Digital e com aqueles que comparecem, a este plenário, nesta tarde.

Eu quero, inclusive, sr. presidente, com a sua vênua, cumprimentar o meu amigo Osmar, juntamente com seus companheiros que vieram do sul do estado, da nossa bela Laguna.

Sejam bem-vindos a esta Casa, a Casa do Povo. Sr. deputado Maurício Eskudlark, eu acompanhava o seu depoimento, como também o discurso do deputado Sargento Amauri

Soares, e temos sido procurados, deputado Moacir Sopelsa, v.exa. de uma maneira talvez mais focada ainda, por ser originário de Concórdia, essa questão, esse celeuma, esse debate entre bombeiros militares, voluntários e comunitários no estado de Santa Catarina.

Se não estou equivocado, temos hoje cerca de dez mil bombeiros, apenas 2.500 militares, e o restante de bombeiros comunitários e voluntários. Por isso quero aqui, deputado Maurício Eskudlark, considerar os argumentos. Eu tenho escutado de forma demorada tanto um lado quanto o outro, recebendo inclusive em meu gabinete, por mais de uma hora, o corregedor dos bombeiros em Santa Catarina, o coronel Carlos Menestrina; tenho ouvido de perto também os bombeiros voluntários e comunitários, mas essa é uma questão que me chama a atenção e que precisamos trazer para o debate.

O que está em jogo é a questão financeira, é a questão de quem vai administrar os recursos advindos da fiscalização. E quando se fala em fiscalização, deputado Moacir Sopelsa, quero levantar aqui um questionamento, com todo respeito aos bombeiros militares, comunitários e voluntários. Quando chegamos à nossa cidade ou a qualquer município do estado de Santa Catarina, dos 293 municípios atualmente e dos 295 municípios que teremos a partir deste ano, vamos tomar como exemplo Laguna, vemos vários prédios lá, prédios até de 300 anos, quem fará a avaliação daqueles prédios, se estão desmoronando ou não, se precisam de uma intervenção, de uma engenharia? Será o bombeiro militar, o voluntário ou o bombeiro comunitário? Aí eu pergunto: qual é a credencial que o bombeiro militar tem para fazer essa avaliação? De fato competiria, sim, ao prefeito, a quem é delegada essa missão de fazer o contrato, talvez contratar o Crea, o serviço de engenharia, para fazer esse tipo de fiscalização, de avaliação. Portanto, não competiria nem ao militar, nem ao comunitário, nem ao voluntário, mas, sim, a um técnico que pudesse fazer esse tipo de avaliação numa edificação, por exemplo.

Então, acho que o debate vai muito além e precisa ser olhado com muito carinho antes de tomarmos qualquer decisão nesta Assembleia Legislativa.

Permita-me, sr. presidente, cumprimentar o presidente Eurides Mescolotto. Eu não pude fazer na ocasião em que ele estava fazendo a sua intervenção, mas quero parabenizá-lo pela gestão na Eletrosul. O projeto da energia solar é inusitado para nós, em Santa Catarina, na sede da Eletrosul, assim como a proposta de energia eólica. E, sobretudo, quero parabenizá-lo pelos investimentos propostos aqui, e planejados, de R\$ R\$ 1,360 bilhão até 2014 em solo catarinense, gerando quase dez mil empregos.

Parabéns a essa gestão! É claro que nos preocupa, sim, a possibilidade do fim da concessão em 2015, porque isso, sem dúvida, sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, vai trazer um efeito dominó e bate diretamente na nossa Celesc, a maior arrecadadora de ICMS do estado de Santa Catarina. E, portanto, vai interferir na saúde do erário público catarinense.

Queremos estar juntos nessa caminhada e hasteando essa bandeira em defesa da Eletrosul e, por sua vez, da própria Celesc, como empresas públicas e de qualidade para o país e para o estado de Santa Catarina.

Mas, permitam-me, senhores, ainda nos cinco minutos que me restam, trazer aqui um questionamento como presidente da Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas.

Infelizmente, presidente Moacir Sopelsa, algumas horas antes do Carnaval - e eu não sei

onde os nossos senadores estavam com a cabeça -, o nosso Senado federal alterou um trecho de Lei de Entorpecentes no país. Essa intervenção passou quase que dissimulada nos bastidores, foi muito pouco divulgada na imprensa, mas traz um problema seríssimo, porque ela diz que os pequenos traficantes não precisam mais ser presos agora. Eles terão a possibilidade da pena alternativa, e justificando para isso que as nossas penitenciárias estão superlotadas e, então, vão tomar essa resolução das penas alternativas para os pequenos traficantes. Essa, certamente, não é a saída, esse certamente não é o caminho!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Ouço v.exa., deputado Maurício Eskudlark, que trabalha na área, como policial civil, há mais de 30 anos e tem toda a legitimidade para falar do assunto.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Eu queria parabenizar v.exa. pela abordagem.

Gostaria de dizer que acompanhei esse noticiário e parece-me que sempre na véspera de uma data importante - e temos que cuidar agora com a Páscoa - existe alguma alteração na nossa legislação, algum caso, que entendo como fortuito, tentando dissimular alguma alteração na lei, infelizmente, no Brasil, sempre para favorecer o aumento da criminalidade, como se fosse possível estabelecer a diferença entre pequenos e grandes traficantes. Todos os traficantes são perigosos. O traficante que está lá com duas ou três petecas de cocaína na porta do colégio, que se poderia dizer que é um pequeno traficante, talvez traga mais perigo para aquela comunidade do que qualquer outro - se é que é possível criar uma diferença entre pequenos e grandes traficantes. Querem criar penas alternativas e daqui a alguns dias todos os traficantes estarão sendo beneficiados por essa mudança na legislação.

Então, é lamentável. Acho que a sociedade tem que se insurgir. A palavra de v.exa. tem sido muito forte nesse trabalho de combate às drogas e contra essa banalização do tráfico de drogas.

Temos que nos manifestar e levar essa manifestação ao Senado da República e à Câmara Federal, porque não adianta ficarmos cobrando ações da polícia, da segurança pública, quando não damos a retaguarda necessária para que os agentes de segurança possam agir.

Parabéns pela abordagem do tema!

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Muito obrigado, deputado.

De fato, o tamanho da porção da droga que é distribuída não importa, pois a tragédia provocada é a mesma: é o crime, é o assalto, é roubo. Esse binômio droga/violência faz uma junção cada vez mais forte no nosso país.

Eu li um artigo ironicamente escrito por Francisco Gelinski Neto, professor do departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina. Ele diz no artigo ironicamente intitulado *Viva a droga* o seguinte:

(Passa a ler.)

“Os cartéis da droga em expansão no Brasil e na América Latina devem estar rindo dessa atrapalhada do Senado Federal. Se de um lado se deseja tratar os dependentes, de outro se facilita a disseminação das drogas em pequenas doses.”

De fato, o Brasil já é um dos três maiores mercados de drogas do mundo, e precisamos, sim, estar atentos e alertas também nessa questão da legislação.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Ismael dos Santos.

Parabéns pelo seu pronunciamento! Realmente, quem consome um grama e quem consome dez gramas é um consumidor, e o mal não é diferente.

Não havendo mais oradores inscritos em Explicação Pessoal, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da

palavra, esta Presidência, de acordo com o art. 110 do Regimento Interno, comunica que são as seguintes matérias destinadas à Ordem do Dia da 13ª Sessão Ordinária de 7 de março de 2012:

Discussão e votação em turno único das Mensagens de Veto n.s.: 0376/2011, 0445/2012, 0446/2012, 0465/2012, 0475/2012,

0477/2012, 0478/2012 e 0493/2012; e Discussão e votação em primeiro turno dos Projetos de Lei n.s.: 0030/2012 e 0560/2012.

Antes de encerrar a presente sessão, convocamos outra, especial, para hoje, às 19h, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 003ª SESSÃO ESPECIAL

DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 06 DE MARÇO DE 2012, ÀS 19 HORAS

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

HOMENAGEM AO DIA INTERNACIONAL DA MULHER

PROPOSIÇÃO DAS DEPUTADAS ANA PAULA LIMA, ANGELA ALBINO, DIRCE HEIDERSCHIEDT E LUCIANE CARMINATTI

SUMÁRIO

DEPUTADO GELSON MERISIO - Fala sobre a importância do Dia Internacional da Mulher, destacando a representação feminina na Alesc.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Cobra do Executivo estadual a efetivação da Lei Maria da Penha e a construção de casas-abrigo e delegacias especializadas.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Lembra as dificuldades de a mulher conciliar a vida profissional e familiar e destaca que a emancipação feminina deve levar em conta a partilha, de forma equilibrada, de direitos.

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Ressalta que a criação da bancada feminina teve como objetivo unificar as reivindicações das parlamentares e servir de canal de interlocução independente de siglas partidárias.

PROFESSORA ROSELANE NECKEL - Enfatiza a importância dos estudos de gênero empreendidos por pesquisadores, que abriram caminho para a emancipação feminina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Convido para compor a mesa as sras. deputadas Ana Paula Lima, Angela Albino, Luciane Carminatti e Dirce Heiderscheidt, que conduzirão, na verdade, esta sessão especial.

(Palmas)

Excelentíssimas autoridades, sras. deputadas e srs. deputados, a presente sessão especial foi convocada por solicitação das sras. deputadas Angela Albino, Ana Paula Lima, Dirce Heiderscheidt e Luciane Carminatti e aprovada por unanimidade por todos os srs. deputados, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher.

Neste momento teremos a execução do Hino Nacional.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

É costume nesta Casa que o deputado proponente presida os trabalhos sempre que se convoca uma sessão especial.

Mas não poderia deixar de, em nome da Presidência da Casa e em nome dos srs. deputados aqui presentes, enfatizando desde já a presença dos deputados Dirceu Dresch e Serafim Venzon, dizer de alegria e satisfação que temos em ter em nossos quadros quatro excelentes deputadas estaduais.

Esta Presidência quer, prestando uma homenagem às deputadas, estender os cumprimentos a todas as mulheres presentes, ratificando a absoluta importância que tem a contribuição feminina para o processo democrático de Santa Catarina e do Brasil.

Queremos expressar também a certeza que temos que num futuro muito breve não teremos quatro, mas dez, 15, 20 ou 25 mulheres exercendo um mandato nesta Casa, porque é assim que ocorre na sociedade catarinense e brasileira. Hoje não se percebe mais nenhuma distinção no que diz respeito ao sexo masculino ou feminino em qualquer atividade, seja executiva ou legislativa, e cabe a todas as mulheres que aqui estão ou àquelas que nos estão assistindo pela TVAL participar ativamente do nosso processo democrático.

Esta Casa se sente muito feliz, como disse, em ter já quatro mulheres exercendo mandatos tão importantes, como os que são exercidos pelos srs. deputados.

Neste momento, passo a condução dos trabalhos à deputada Angela Albino, desejando uma boa sessão, com muita alegria, a todas as mulheres aqui presentes. E fica aqui a nossa homenagem ao Dia Internacional da Mulher!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Angela Albino) - Agradeço ao presidente desta Casa, deputado Gelson Merisio, por ter prestigiado esta sessão, agradeço igualmente aos deputados Serafim Venzon e Dirceu Dresch, que estão neste momento representando todos os homens parlamentares.

Convido para tomar assento à mesa a professora Neli Góes Ribeiro, representando os fóruns de mulheres e de entidades de mulheres.

(Palmas)

Convido também a sra. Mirtes Piovezan, presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher para tomar assento à mesa.

(Palmas)

Neste momento, convido para fazer uso da palavra a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Excelentíssima sra. Angela Albino, coordenadora da bancada feminina, neste ato presidindo esta sessão;

Excelentíssima sra. deputada Luciane Carminatti;

Excelentíssima sra. deputada Dirce Heiderscheidt;

Excelentíssimo sr. deputado Serafim Venzon;

Excelentíssimo sr. deputado Dirceu Dresch, líder da bancada do Partido dos Trabalhadores;

Ilustríssima sra. Neli Góes Ribeiro, representante dos fóruns de mulheres e de entidades de mulheres;

Ilustríssima sra. Mirtes Piovezan.

(Passa a ler.)

“Na data de hoje, às vésperas de mais um 8 de março, Dia Internacional da Mulher, é importante a nossa reflexão sobre a necessidade de termos uma data histórica que marque a nossa luta por igualdade de direitos e oportunidades. E essa luta acontece cotidianamente na vida de mulheres do mundo todo.

A maioria de nós conhece como foi convencionada esta data. Registros históricos apontam o pioneirismo de operárias norte-americanas de uma fábrica de tecidos, no século XVIII, que se organizaram contra a exploração por cargas exaustivas de trabalho. Elas reivindicavam carga diária de dez horas, já que estavam trabalhando 12 horas seguidas.

A versão mais conhecida é que as 129 tecelãs da *Cotton*, de Nova York, decidiram paralisar seu trabalho. A greve teria sido violentamente reprimida pela polícia e as trabalhadoras refugiaram-se na fábrica. Como mecanismo de intimidação, os donos da fábrica e os policiais teriam colocado fogo no prédio, matando carbonizadas todas as tecelãs.

Muitos e muitos anos passaram, mas nunca é demais trazer essa imagem forte para nossa reflexão, até porque, apesar dos avanços que já tivemos na história, ainda temos muito trabalho pela frente em busca do equilíbrio nas relações entre homens e mulheres.

Há avanços importantes, como a eleição, no Brasil, da primeira mulher à Presidência da República. ‘Sim, a mulher pode!’, foi a feliz frase que Dilma Rousseff declarou no dia da sua posse e que não canso de repetir, lembrando a necessidade de empoderamento das mulheres em todos os espaços da nossa sociedade.

Hoje, aqui no plenário da Assembleia Legislativa, temos exemplos de mulheres que lutam pela emancipação feminina. Ao prestarmos essa homenagem a dez mulheres que se estão destacando em diferentes espaços, estendemo-la a todas as mulheres catarinenses e brasileiras. Mulheres que acreditam que podemos e devemos cotidianamente lutar pela igualdade de gênero.

Mas, senhoras e senhores, essa luta não deve ser somente das mulheres. Como li numa reportagem recente da revista *Caros Amigos*, ‘a exclusão das mulheres representa um déficit democrático inaceitável na sociedade brasileira’.

Em nosso mandato temos sido intransigente na cobrança ao governo do estado pela efetiva implantação da Lei Maria da Penha, com delegacias especializadas de atendimento à mulher com funcionamento 24 horas por dia. E queremos espaço adequado para acolher a mulher em situação de violência, na defesa de implantação de uma rede de serviços, como: construção de casas-abrigos, de centros de referência. Enfim, que o governo do estado cumpra o pacto de enfrentamento à violência contra a mulher assinado com o governo federal."

Temos na data de hoje, e aqui também será homenageada esta incansável lutadora que diz muito a respeito do que estou falando agora: a sra. Rosemere Clarette da Luz, que perdeu uma filha, a Kenia, por quem está lutando todos os dias para que se faça justiça!

A exemplo de Rosemere e de sua filha, muitas mulheres têm morrido em nosso estado, muitas delas por falta de algumas ações políticas para fazermos esse enfrentamento.

(Continua lendo.)

"Temos participado efetivamente da luta de garantia de direitos para as mulheres. Somos incansáveis ao debater a inaceitável desigualdade salarial entre homens e mulheres. Mesmo quando a mulher possui mais escolaridade, ela ainda continua ganhando menos do que o homem.

Além dessas bandeiras de luta, temos um grande desafio neste ano, deputadas Angela Albino, Dirce Heiderscheidt e Luciane Carminatti, porque comemoramos 80 anos do voto feminino e temos que discutir em nossos municípios, em nossas comunidades, com a nossa família, nos movimentos sociais, uma maior participação da mulher na política. Não apenas nas campanhas eleitorais, mas também colocando seu nome à disposição, colocando seu nome como candidata à vereadora, prefeita, governadora e presidente da República. A mulher precisa estar presente nos espaços de decisão de poder.

Apesar de hoje termos uma presidenta da República, ainda somos poucas nas Câmaras de Vereadores, nas prefeituras, no Poder Executivo e nas Assembleias Legislativas.

Com a eleição da presidenta Dilma, temos o exemplo de como temos competência para ser gestora, para romper com o sexismo e o machismo impregnados na política brasileira. E vivenciamos isso na campanha eleitoral, porque a nossa presidenta teve que provar que era capaz e agora, minha gente, está dando um show para todos.

Para concluir, gostaria de manifestar a minha satisfação e alegria de, nesta sessão especial, termos conseguido reunir mulheres que acreditam que os direitos das mulheres são direitos humanos e que não podemos nos intimidar nem nos calar diante da injustiça, da violência, da opressão, do preconceito e da discriminação.

Não podemos esperar mais 80 anos para termos uma maior participação e igualdade na política, para conquistarmos a igualdade salarial e para termos a implantação da Lei Maria da Penha, para que ela não seja mais uma lei morta, como tem ocorrido aqui em Santa Catarina, mas, sim, um marco regulatório que garanta o nosso maior direito: a vida.

Finalizo, senhoras e senhores, destacando que a sociedade precisa compreender, de uma vez por todas, a importância dos avanços nas políticas para as mulheres. É responsabilidade de todas e de todos na construção das condições para a maior participação das mulheres, possibilitando que sejamos protagonistas da nossa própria história.

Como dizia Simone de Beauvoir: 'Não se nasce mulher: torna-se'."

Muito obrigada pela presença de todos e parabéns às homenageadas.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Angela Albino) - Neste momento faria uso da palavra a deputada Dirce Heiderscheidt, no entanto, como se recupera de uma cirurgia importante, convidamos para fazer uso da palavra a sra. Dalila Pedrini, que é uma das homenageadas.

A SRA. DALILA PEDRINI - Excelentíssima sra. presidente desta sessão, excelentíssimas sras. deputadas, não tenho o costume de fazer muita cerimônia, mas vou tentar não quebrar muito o protocolo.

Boa-noite aos deputados aqui presentes, queridas amigas homenageadas, senhoras e senhores.

Estou um pouco surpresa por ter sido chamada para falar em nome da deputada Dirce Heiderscheidt, mas creio que é uma ocasião importante para dizer algumas coisas.

Eu venho de uma história de luta por políticas públicas e vou falar um pouco sobre isso neste momento. Os direitos das mulheres se concretizam quando temos políticas públicas que respondam aos seus direitos. As mulheres precisam, neste Brasil e neste estado, de condições que lhes permitam ser atendidas em todas as suas necessidades.

Quero destacar a questão da feminização da pobreza, pois temos uma multidão de mulheres e suas famílias extremamente pobres em nosso estado. Temos em torno de 103 mil pessoas que não recebem um salário nominal superior a R\$ 70,00. Portanto, estão na extrema pobreza.

Em Santa Catarina há 140 mil mulheres beneficiárias do Bolsa Família e, sem dúvida, esse recurso não será perdido, por menor que seja a família o receberá. E com esse recurso estarão garantidos a educação, uma alimentação melhor e o mais a família precisar.

Como diretora da Assistência Social quero dizer que o Dia Internacional da Mulher é, para nós, uma data que nos chama ao compromisso de superação da feminização da pobreza, porque sabemos que as pessoas mais pobres do planeta e também do Brasil são as mulheres, principalmente as negras, segundo pesquisas recentes. Sempre a mulher é mais pobre do que o homem, e se ela for negra, ainda mais.

Então, temos uma condição importantíssima a ser superada. Creio que este Dia Internacional da Mulher é uma data importante para todos nós. Temos que assumir esse compromisso ético transformado em ação, para mudar Santa Catarina para melhor, fazendo com que as mulheres possam acessar seus direitos.

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Angela Albino) - A deputada Dirce Heiderscheidt me pede para comunicar a todos que o procedimento cirúrgico a que se submeteu envolve a fala e por isso não pôde fazer uso da palavra.

Gostaria de registrar a presença das seguintes autoridades:

Senhora Tania Islongo, representando a deputada federal Luci Choinacki;

Senhora Maria Aparecida Citonio, neste ato representando o deputado Renato Hinnig, secretário de estado do Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis;

Senhora Dirlei Terezinha Magnani, nesse ato representando o deputado estadual

Neodi Saretta;

Senhor Lenoir Bigolin, prefeito do município de Quilombo;

Senhor Jorge Antônio Comunello, prefeito do município de Formosa do Sul;

Senhora Reginete Panceri, neste ato representando o secretário de estado da Segurança Pública de Santa Catarina, dr. César Grubba;

Senhora Marina Gonzaga, representando a Coordenadoria Estadual da Mulher;

Senhora Marilu Duarte Carvalho, vereadora do município de Tijucas;

Senhora Elizabete Mianes da Silva, presidente da Câmara Municipal de Tijucas;

Senhora Luciana Dalpasquale, neste ato representando o sr. Mário Hildebrandt, secretário da Assistência Social da Criança e Adolescente de Blumenau;

Senhora Selma Adão, neste ato representando o sr. Rodrigo Minoto, superintendente do Trabalho de Santa Catarina;

Senhora Sheila Sabag, presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Florianópolis e executiva adjunta da Rede Nacional Feminista de Saúde;

Senhora Lúcia Helena Martins Pacheco, vice-reitora eleita da Universidade Federal de Santa Catarina;

Senhora Maria da Graça Bittencourt, secretária executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Florianópolis;

Senhora Caroline Junckes da Silva, presidente do sindicato dos Farmacêuticos de Santa Catarina;

Senhora Miriam Grossi, coordenadora do Instituto de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Catarina;

Senhora professora Teresa Kleba Lisboa, também da Universidade Federal de Santa Catarina;

Senhora Kátia Ribeiro Freitas, presidente do Conselho Estadual do Idoso de Santa Catarina;

Senhora Maria Angélica Ribeiro Colombo, gestora de Ação Social e artista plástica;

Senhora Simone Lolatto, secretária de Mulheres do PCdoB em Santa Catarina;

Senhora Gerusa Machado, presidente da Federação Catarinense de Mulheres;

Senhora Angelita Oliveira Martins, neste ato representando o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Urbanas de Santa Catarina;

Senhora Michele Magalhães, coordenadora estadual da União de Negros pela Igualdade de Santa Catarina;

Senhora Sandra Schlichting, representando a Associação das Irmãs Franciscanas do município de São José;

Senhora Darlene de Moraes, professora da Universidade do Sul de Santa Catarina, campus de Tubarão;

Senhora Jane Maria de Souza Philippi, integrante da Casa da Mulher Catarina e professora da Universidade Federal de Santa Catarina;

Senhora Carmem Lúcia Luiz, da Liga Brasileira de Lésbicas;

Senhora Vanderléia da Silva Souza, presidente do Conselho Regional de Técnicos em Radiologia de Santa Catarina;

Senhor Celso Ramos Martins, coordenador-geral do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Santa Catarina;

Senhora Raquel Felau Guisoni, neste ato representando a União Brasileira de Mulheres de Santa Catarina - UBM;

Senhora Irma Manuela Paso, presidente do Instituto Arco-Íris de Direitos Humanos;

Senhora Ivone Cassetari, coordenadora da Comissão de Saúde e

Qualidade de Vida da Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais;

Senhora Maria Eronita Rodrigues Bissolo, presidente da Assistência Preventiva de Apoio à Mulher de Florianópolis;

Senhor Jucélio Paladini, presidente do Partido Comunista do Brasil deste município;

Senhora Nadir Azevedo de Abreu Marques, presidente da Associação de Mulheres Negras Antonieta de Barros - Florianópolis;

Senhora Maria da Graça Barcelos Castilhos, neste ato representando a comissão da Mulher Advogada da OAB/SC;

Senhora Jurema Ramos dos Santos, diretora da Associação Brasileira dos Portadores de Câncer - AMUCC;

Senhora Iara Regina Miotti, presidente da Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais;

Convido para fazer uso da palavra a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar a professora Neli Góes Ribeiro, que representa os fóruns de mulheres e entidades de mulheres; a sra. Mirtes Piovezan, presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher; as minhas colegas Ana Paula Lima, Angela Albino e Dirce Heiderscheidt e não apenas as dez homenageadas, pois penso que são simbolicamente um retrato da luta das mulheres pela emancipação, pela libertação e pela condição de vida para homens e mulheres. Então, o nosso abraço inicialmente a todos.

Eu havia me preparado para fazer uma fala mais didática, conforme a deputada Ana Paula Lima já fez muito bem. Mas quero dizer aos deputados que estão aqui conosco, ao nosso ex-secretário da Assistência Social, Trabalho e Habitação, deputado Serafim Venzon, e também ao nosso colega e líder da bancada, deputado Dirceu Dresch, que vou procurar fazer uma fala mais do sentimento de mulher.

A nós, que atuamos na política, sobram talvez algumas horas no domingo, quando sobram, para ficar com a família. Eram 10h e minha filha de dez anos gritou, perguntando: "Mãe, você está aí? Eu respondi: "Estou, filha! Por quê"? Ela disse: "Porque sonhei que você tinha ido viajar."

Essa fala é muito reveladora para nós, mulheres, pois muitas vezes nos sentimos culpadas por não estarmos presentes, como se estivéssemos fazendo algo para nós, de forma individual e como se os nossos filhos tivessem que pagar esse preço.

É muito difícil essa relação, seja na política, seja para uma mulher que vai ser reitora, para uma mulher gestora, para uma mulher do movimento social, da pastoral, do movimento de mulheres, das instituições, dos sindicatos, porque ao mesmo tempo em que abdicamos da nossa família, da nossa vida pessoal, estamos lutando para que os outros tenham vida pessoal, para que os outros tenham qualidade de vida, para que os nossos filhos possam viver num mundo melhor. Mas essa luta nem sempre é compreendida!

Então, quando, às vezes ouço, com muito respeito aos meus colegas deputados, os homens dizendo que são solidários à nossa luta, a verdade é que ao chegar em casa o homem ergue a perna e vai ver televisão e a mulher vai para o tanque, para a pia e cuidar dos filhos. Essa solidariedade não se traduz nos pequenos comportamentos e as mulheres hoje estão sobrecarregadas, muito sobrecarregadas!

Portanto, Dalila, temos que fazer um debate sobre a divisão de tarefas, porque não somos suprássomos, temos limites, também queremos viver, ter direito ao lazer, à vida

pessoal, à cultura, poder ler e assistir a um jornal, ler um bom livro. E para conseguirmos fazer isso, a vida doméstica precisa ser dividida, senão faremos sempre tudo. E este não é o mundo que quero construir. O mundo que quero construir é um mundo de homens e de mulheres que partilham as suas tarefas na educação, na profissão, no lar e na vida fora de casa.

Então, quero deixar essa pequena mensagem para dizer que temos muito que caminhar na conquista desse direito. Muito, muito mesmo!

Quando olhamos tantas mulheres que perdem companheiros e aqui quero fazer uma menção à esposa do vereador de Chapecó, que depois de muito tempo tem que educar seu filho sozinha, não somente educar, mas fazer como muitas de vocês, ou seja, lutar pela justiça. Como a mãe da Kenia, que está aqui, que perdeu a filha num acidente de trânsito e criou o movimento da luta pela vida em Chapecó.

Então, a nossa luta é para que possamos ter direitos, mas também para que a sociedade seja mais justa na distribuição da renda, na igualdade de oportunidades e na proteção ao nosso corpo.

Quero deixar uma mensagem de muito otimismo também. Estou lendo o livro da nossa presidenta Dilma e recomendo a todos lerem sua biografia, que começa dizendo o seguinte: "A vida quer é coragem". A vida quer coragem da mulher mais simples, mas lutadora, mas temos que construir coragem. Porque quando as mulheres têm coragem, seja de forma individual ou de forma coletiva, elas percebem que ninguém nasceu neste mundo para viver de joelhos, que todos e todas nasceram para ser felizes. É por isso que estamos aqui.

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Angela Albino) - Registro a presença do sr. Tiago Silva, atual presidente do Procon de Florianópolis, que, permitam-me dizer, integrou a bancada feminina na Câmara de Vereadores de Florianópolis com muito orgulho. Sempre um feminista o nosso querido Tiago Silva.

Quero fazer um registro muito especial, muito carinhoso, da presença do meu ex-professor do curso de Educação Física e pai da nossa magnífica reitora eleita, sr. Vilibaldo José Heckman Neto, e rendo as minhas homenagens a todos os professores e professoras que formam cada um e cada uma de nós.

Passo a presidência dos trabalhos à deputada Ana Paula Lima.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - (Passa a ler.)

"Sras. deputadas, sra. presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, sra. representante dos fóruns de mulheres negras e entidades de mulheres de Santa Catarina, mulheres prefeitas e mulheres vereadoras, mulheres servidoras da Casa, mulheres dirigentes de entidades feministas, queridas homenageadas, senhoras e senhores!

O dia 8 de março é uma data significativa na defesa dos direitos das mulheres em todo mundo. É um dia de afirmação das lutas históricas das mulheres, como também é um dia de comemoração, pois brindamos as nossas conquistas e, especialmente, os avanços que possibilitam antever dias de maior equidade, mais igualdade e respeito à condição feminina.

O ano de 2012 também é especial, pois completamos 80 anos da conquista do

voto feminino no Brasil. E passados três quartos de século em que a mulher brasileira conquistou esse direito, é oportuno relembrar que a participação da mulher na vida política ainda é muito pequena. Nós, mulheres, que totalizamos 51% do eleitorado, temos apenas 10% de representação no Legislativo, ou seja, os homens, que somam 49% do eleitorado, detêm 90% da representação.

Cito essa gritante diferença de representação entre mulheres e homens no Parlamento para falar da bancada feminina na Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Pela primeira vez, no Poder Legislativo de Santa Catarina as mulheres ocupam 10% das cadeiras, inicialmente constituída pelas deputadas Ada De Luca, Ana Paula Lima, Luciane Carminatti e esta que vos fala. Na sequência, com a licença da deputada Ada De Luca para assumir uma secretaria no Executivo estadual, assumiu a titularidade a deputada Dirce Heiderscheidt, e ainda por um período a deputada Professora Odete de Jesus, aumentando nossa bancada para cinco integrantes.

Articular e organizar a bancada feminina foi um desafio estratégico para fortalecer a luta das mulheres no Parlamento e em Santa Catarina. Mas não foi difícil, pelo contrário, independentemente da origem política de cada parlamentar, percebemos que a questão da mulher transcende as cores partidárias, é o elo que nos une para encaminhar propostas que contribuam no avanço da luta das mulheres e na conquista por políticas públicas de equidade de gênero étnico racial.

A bancada feminina foi construída em março de 2011 tendo como objetivos encaminhar e unificar a atuação das parlamentares em relação às questões das mulheres; colocar-se como porta voz dos movimentos de mulheres; e fazer a interlocução das demandas de gênero com as instâncias de poder.

Nesse período protagonizamos experiências importantes, das quais destaco e solicito a disponibilização de fotos no painel para que todos possam acompanhar.

(Procede-se a exibição de fotos.)

Audiência com o governador do estado para apresentação de reivindicação dos movimentos de mulheres; realização de audiência pública para discutir a situação dos Centros de Referência Especializados de Atendimento às Mulheres em situação de violência em Santa Catarina; diversas reuniões no Conselho Estadual dos Direitos da Mulher; seminário sobre a atuação institucional das mulheres nas esferas de poder; atividades alusivas ao Dia Internacional da Mulher, com homenagens às mulheres que se destacaram pela atuação nas esferas públicas e privadas, destacando o lançamento do livro *Os 25 Anos da Delegacia da Mulher de Florianópolis: impasses e perspectivas para a 'base de pantera'*; sessão especial em homenagem aos 15 anos de criação da secretaria de Mulheres da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Indústria de Santa Catarina; lançamento da revista *Desperta Mulher*; seminário As Mulheres e a Reforma Política, que reuniu mulheres deputadas estaduais, federais, senadoras, prefeitas, vereadoras, entidades feministas e representantes de todo estado, que aprovou a 'Carta de Prioridades das Mulheres Catarinenses sobre a Reforma Política'.

Participamos da Campanha de Prevenção e Combate ao Câncer de Mama, o Outubro Rosa, capitaneado pela MUC que está presente na noite de hoje; apoiamos a campanha de adoção 'Laços de Amor';

realizamos reuniões com o Conselho Estadual de Assistência Social e com o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher para discutir os orçamentos públicos, com apresentação de emendas individuais e coletivas ao Plano Plurianual e à Lei Orçamentária Anual sobre programas na área de assistência social e da questão da mulher; apoiamos a realização da III Conferência Estadual de Políticas para Mulheres, bem como intervimos junto ao governo do estado para garantir a participação da bancada catarinense na III Conferência Nacional de Políticas para Mulheres e, aqui destaque, a participação efetiva das companheiras Mirtes, Neusa e do então secretário, deputado Serafim Venzon, que também foi a caneta final que possibilitou irmos para a referida conferência.

Apresentamos emendas orçamentárias para construção de casas-abrigo nas 36 regiões administrativas do estado de Santa Catarina e conquistamos junto à Presidência desta Casa o programa da TVAL *Mulher em Foco*, em parceria com o Cedim.

Esse breve relato das ações da bancada trata-se, na verdade, de uma prestação de contas. Considero este momento legítimo e oportuno, eis que justamente há um ano, nas comemorações a atividades alusivas ao Dia Internacional da Mulher nesta Casa, lançamos a ideia e assumimos compromissos com as entidades feministas e de mulheres que nós, deputadas, trabalharíamos unidas para respaldar politicamente a luta das mulheres catarinenses.

Mas hoje minha satisfação é ainda maior em virtude da possibilidade de participar deste momento em reconhecimento a essas mulheres tão especiais, as nossas homenageadas. Cada uma de vocês, mulheres, com uma história de vida! Brancas, negras, indígenas, lésbicas, enfim, mulheres. Cada mulher com uma origem e diferentes campos de atuação, seja na cidade, no campo, na academia, no trabalho doméstico, nas artes, na cultura carnavalesca, na assistência social, na defesa da infância e da juventude, na inclusão social, na luta por justiça, no movimento emancipacionista feminino.

Cada uma de vocês mulheres é digna dessa homenagem por serem protagonistas de transformação, de luta, de ocupação de novos espaços. À sua forma, do seu jeito, no seu espaço de atuação todas estão à frente do seu tempo e destacam-se.

Por isso merecem todo o nosso reconhecimento e respeito!

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

(Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputada Angela Albino, e devolvo a condução dos trabalhos a v.exa.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Angela Albino) - Convido a mestre de cerimônia, Soraia Boabaid, para proceder à nominata dos homenageados desta noite.

A SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Soraia Boabaid) - Neste momento o Poder Legislativo catarinense presta homenagem às mulheres que se destacaram na luta emancipacionista feminina, no desafio de ocupar novos espaços e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Convido a sra. deputada Dirce Heiderscheidt para fazer a entrega da homenagem à sra. Maria Angélica Ribeiro Colombo, gestora de ação social e artista plástica.

Pedagoga, com especialização em Psicologia Educacional e formação em Artes pelo Instituto Santa Marcelina, de Brasília, participa ativamente em ações sociais e dentre

elas destaca-se a coordenação do projeto Arco-Iris Novos Horizontes para Novos Talentos.

Incentivou a educação religiosa nas escolas municipais de Lages e atualmente, como primeira-Dama do estado de Santa Catarina, organiza encontros beneficentes em prol de várias entidades catarinenses.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido a sra. Dalila Pedrini, diretora de Assistência Social da secretaria de estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, para receber a homenagem da sra. deputada Dirce Heiderscheidt.

Doutora e mestre em Serviço Social, como professora da universidade de Blumenau ministra aulas, coordena pesquisas e projetos de extensão na área das políticas sociais e do associativismo civil e econômico. Participa de várias redes e fóruns nacionais e internacionais da sociedade civil que atuam na defesa dos direitos humanos, no controle social e mobilizações cidadãs. Têm várias publicações de livros, capítulos de livros e artigos.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido a sra. deputada Ana Paula Lima para fazer entrega da homenagem à sra. Felicitas Maria Lanzer, coordenadora do Grupo de Estudos e Apoio à Adoção de Blumenau.

Nascida em Blumenau, bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina, trabalhou como assistente social na Vara da Infância e Juventude de Blumenau. Participa ativamente, como voluntária, do Grupo de Estudos e Apoio à Adoção de Blumenau. É autora de vários livros, entre eles *Adoção - Pais Adotivos Suas Angústias e Certezas* e *Adote Seu Filho Todos os Dias*, escrito juntamente com sua filha Emely Agnes Lanzer.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido a sra. Neusa Freire Dias, diretora da Casa da Mulher Catarina, para receber a homenagem da sra. deputada Ana Paula Lima.

Graduada em Ciências Sociais pela PUC do Rio Grande do Sul, é coordenadora de vários cursos, entre eles Liderança para Mulheres. Fundadora e conselheira do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher até 2006, fundadora da Associação Casa da Mulher Catarina, coordenou treinamento para candidatas às eleições de 1996, na campanha Mulheres sem Medo do Poder.

Trata-se, portanto, uma mulher que luta pelos direitos das mulheres.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Rosemere Clarete da Luz.

Trabalhadora doméstica, Rosemere Clarete da Luz sempre enfrentou grandes dificuldades. É uma mulher de grande valor e de muita coragem que busca justiça, pois perdeu sua filha Kenia, estupidamente assassinada pelo marido.

Portanto, para que a impunidade não tenha mais espaço em nossa sociedade, a luta de Rosemere é merecedora desta homenagem.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido a sra. deputada Luciane Carminatti para fazer a entrega da homenagem à sra. Assunta Maria Rodrigues, coordenadora da Pastoral da Criança da paróquia de Santo Antônio, de Chapecó.

Professora aposentada há 17 anos, é uma liderança da Igreja Católica. Atua como ministra da Eucaristia e catequista organizadora da Romaria da Terra, além de ser a coordenadora de vários grupos da sua comunidade.

Após ter enfrentando uma tragédia, perdendo o marido e filho em acidente de trânsito, ajudou a criar e coordena o Movimento Trânsito pela Vida e luta para organizar e estadualizar o Movimento de Amor à Vida e Respeito no Trânsito.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido a sra. Ana Euza Munarini, neste ato, representando a sra. Justina Inês Cima, liderança do Movimento de Mulheres Camponesas, para receber a homenagem da sra. deputada Luciane Carminatti.

Agricultora do município de Quilombo, iniciou sua militância nas comunidades eclesiais de base; em 1983 contribuiu para o Movimento de Mulheres Agricultoras, hoje Camponesas; foi vereadora em Quilombo1988 a 1992; destacou-se como líder e passou assumir a direção de vários movimentos de mulheres camponesas; hoje faz parte do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher da Presidência da República; atualmente está na direção estadual do Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido a sra. deputada Angela Albino para fazer a entrega da homenagem à sra. Roselane Neckel, a primeira mulher eleita reitora da Universidade Federal de Santa Catarina.

Natural de Santo Amaro da Imperatriz, nasceu em 7 de maio de 1967. Iniciou sua carreira em 1987 como professora na rede pública do ensino fundamental e médio da cidade de Florianópolis. Atuou como professora na Uniplac de Lages e na Univil de Joinville. Em 1996 ingressou no Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina. Em 2004 foi eleita vice-diretora e em 2008 diretora do Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Foi eleita reitora da Universidade Federal de Santa Catarina em 30 de novembro de 2011.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido a sra. Sílvia Hoepcke da Silva, diretora do Instituto Carl Hoepcke, para receber a homenagem da sra. deputada Angela Albino.

Natural de Florianópolis, bacharel em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina, diretora presidente da Fábrica de Rendas e Bordados Hoepcke S.A.; superintendente da Rádio Antena 1. Entre outros cargos que ocupa, é vice-presidente da Associação Comercial e Industrial de Florianópolis.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sambista Jaqueline Aranha.

Aos 13 anos de idade foi eleita primeira princesa do Carnaval. No ano seguinte eleita rainha do Carnaval. Em 1999 representou a Escola de Samba Embaixada Copa Lord no concurso Cidadã Samba e desde então conquistou o mesmo título durante sete anos consecutivos. Após, entrou na história do samba de Santa Catarina como sambista *hour concours* de Florianópolis. Atualmente é diretora de Eventos e Captação da secretaria de Turismo de Florianópolis.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Angela Albino) - Convido para fazer uso da palavra em nome das homenageadas a professora Roselane Neckel, primeira mulher reitora eleita da Universidade Federal de Santa Catarina. A primeira mulher a ser chamada de magnífica no estado de Santa Catarina.

A SRA. ROSELANE NECKEL - Boa-noite a todos e a todas, em especial às deputadas que estão-nos proporcionando este momento de confraternização e de aprendizado.

Quando fui convidada para fazer essa fala, representando a Asunta, a Dalila, a Felicitas, a Jaqueline, a Justina, a Maria Angélica, a Neuza, a Rosemere e a Sílvia, fiquei muito emocionada pensando no que poderia dizer, ao mesmo tempo aproveitando a oportunidade de estar nesta Casa, de estar na TVAL, que alcança vários espaços sociais neste estado.

Dessa forma fiz uma opção, escolhi um caminho e este foi mostrar um pouco do que realizamos na Universidade Federal de Santa Catarina, com relação à pesquisa na área das relações de gênero e o caminho que podemos ainda construir juntos nessa interação entre o espaço da produção de conhecimento e o espaço das experiências políticas e sociais.

Vou começar por uma experiência que vivenciei.

(Passa a ler.)

"Em 16 de fevereiro de 2005, como integrante da equipe do projeto de pesquisa *Revolução do Gênero: Apropriações e Identificações com o Feminismo* (1964-1985), entrevistei a deputada estadual Heloneida Studart em seu escritório na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Eu já conhecia Heloneida através de seus escritos nas revistas femininas da década de 1970, que debatiam questões do feminismo de uma maneira literária e política, o que ia incluindo na vida das pessoas reflexões importantes, para ela e para o movimento feminista, como a igualdade de direitos com os homens. Ao questionar os modelos vigentes naquele momento, Heloneida utilizava como exemplo suas experiências de vida. Dessa forma, com argúcia, tornava disponíveis para muitas mulheres as reivindicações feministas, como o direito ao prazer sexual. Na entrevista que se segue, Heloneida Studart reafirma como suas 'histórias de vida' constituíram seu 'ser feminista'.

Roselane Neckel: Minha entrevista busca entender como é que você se tornou feminista...

Heloneida Studart: Acho que comecei a ser feminista quando tinha uns seis anos, no Ceará, e a minha família ia passar as férias no interior, na praia. Ao passarmos por um botequim, eu vi na parede um cartaz o que até hoje não me sai dos olhos: 'Mulher aqui só diz três coisas: 'entra, menino', 'xô, galinha', e 'sim, senhor'. Esse 'sim, senhor' me marcou profundamente. Eu era uma menina, filha de uma família que só tinha irmãos homens, fiquei muito balançada com aquilo e achei, embora fosse apenas uma criança, que era um absurdo que o destino de uma mulher fosse dizer 'sim, senhor'. Depois, crescendo em uma família muito tradicional, muito conservadora, a família do barão Studart, eu vi que as mulheres viviam sempre uma frase - 'Mulher não tem querer' - e que todas as mulheres eram preparadas para se tornar esposas aos 18 anos, aos 17, sem irem para a faculdade, sem trabalharem fora, e passando do governo do pai para o governo do marido. Então, aos 12 anos, eu já tinha decidido que esse não seria o meu destino, e

eu dizia isso seguido nas rodas da família, e as pessoas ficavam bastante escandalizadas, bastante chocadas. Quando eu tinha 16 anos fui para o interior, de carona, e arranjei uma certidão de idade aumentada para 21 anos [...]"

Ao receber esta homenagem fui instigada a refletir sobre minha trajetória nos estudos de gênero e seu significado em meu próprio percurso no espaço do trabalho. Nossas experiências de vida são desde o começo marcadas por uma tensão constitutiva: entre uma sociedade que busca ordenar, submeter, e uma gramática e uma sintaxe aquilo que por natureza é moveidico, sinuoso, tortuoso e corrosivo às experiências humanas vividas - os sujeitos sociais mesmo submetidos a regras explícitas suportam sempre a possibilidade da novidade, do evento não previsto, do inesperado, do contraditório, das artes de fazer.

Uma história marcada pela subjetividade e suas singularidades.

Para aqueles que conhecem ou estão querendo começar a conhecer esse terreno que problematiza os comportamentos humanos como algo que tem historicidade, que nos convida a escrever uma história distante do mundo, da essência humana como natural, os estudos de gênero e feministas são muito significativos.

Nesse sentido, também são inspiradoras as inserções de Michel Foucault, em *História da Sexualidade*, quando explica como diversos 'dispositivos' que divulgam e propõem regras de conduta e normas de relacionamentos entre homens e mulheres, como bem lembrou Luciana, para compreender os processos de educação emocional e sexual marcados por um sistema social.

As obras de Michelle Perrot, por exemplo, deram visibilidade às mulheres em seus combates e suas conquistas nos espaços públicos e privados. No Brasil, em 1984, é publicado *Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XX*, escrito pela historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias, que trouxe à cena os conflitos para sobreviver das vendedoras de tabuleiros, lavadeiras de rios, empregadas domésticas e das mulheres que viviam nas fimbrias do poder, mas que davam visibilidade a essas mulheres de muita luta na história do Brasil.

Essas histórias, esses livros, esse trabalho realizado nas universidades brasileiras fortaleceram os projetos de emancipação das mulheres marcados pelos movimentos e reivindicações. O final dos anos de 1960, e nos de 1970, como observa Joana Maria Pedro, foram permeados por inúmeros movimentos de mulheres, dentre eles os feministas, reivindicando o direito ao corpo, à descriminalização do aborto, ao prazer, enfim, os direitos sexuais reprodutivos.

O pessoal é político', elas anunciavam. No decorrer dos anos de 1970, as ideias do feminismo internacional chegavam ao Brasil, através de material enviado por mulheres exiladas, estudantes ou simples viajantes em busca de novas experiências. E, com as feministas que estavam no Brasil ou com o retorno de algumas delas ao país, foram-se constituindo grupos, os famosos grupos de reflexão. Esses grupos começaram a aparecer em várias cidades, inclusive em Santa Catarina, e tratavam de temas chamados intimistas e feministas.

O que eu gostaria de pontuar, nesta noite, com todos esses elementos é a importância de delinear e aprofundar as relações entre os movimentos feministas, entre as obras que definem, que produzem conhecimento e a visibilidade das nossas práticas cotidianas. Esses estudos feitos na universidade por vários

pesquisadores e pesquisadoras evidenciam, colaboram para que nós possamos, a partir de um trabalho nas escolas de ensino fundamental e médio, no dia a dia, em espaços públicos como este, dizer que é importante compreender a defesa da igualdade com os homens, mas principalmente porque essas atividades são responsáveis pela visibilidade crescente da história nos espaços do público e do privado. Esses estudos trouxeram à cena as mulheres como sujeitos ativos, disponibilizando à sociedade exemplos concretos de mulheres cujos comportamentos destoam da natureza e da naturalidade.

Portanto, a contribuição já consolidada nessa área das relações de gênero consiste em acompanhar histórias de vida e trazem à tona muitos elementos para análise, evidenciando a importância da escrita da história na alteração das relações de gênero, quando apresenta diferentes formas de como mulheres viveram e pensaram sua vida na relação com os estereótipos existentes naquele momento.

Ao trazer para análise os papéis informais, estamos trazendo papéis informais em relação aos prescritos e ensinados por representações que idealizam o nosso comportamento, entre eles, aqueles que tratam da maternidade e das relações amorosas.

Portanto, quero registrar a importância de estudos e oportunidades que explorem como as pessoas experimentaram os discursos idealizadores de homens e mulheres. É um referencial para mostrar a transformação e a necessidade da mudança nas relações de gênero em nossa sociedade, afinal, nos anos 70, apenas as mulheres se tornaram modernas.

Quanto aos projetos pedagógicos constituídos, isso faz parte de outro estudo que realizei, que é minha tese de doutorado intitulada: *Pública a Vida Íntima*, onde percebemos a pedagogia e a transformação das mulheres em mulheres modernas, e o mesmo não foi realizado com os homens.

Então, temos mulheres modernas ao lado de homens não tão modernos, o que, com certeza, deputada Luciane Carminatti, deputada Angela Albino, todas as mulheres da mesa e plateia, complica um pouco a nossa vida, o nosso cotidiano e as nossas lutas cotidianas.

Finalmente, o que torna muito importantes homenagens como esta são as possibilidades de que colaborem de alguma forma na luta pela reinvenção dos sujeitos, das pessoas, pois essas mulheres e homens de hoje foram construídos historicamente, e práticas poderão contribuir para a produção de outras formas, de outras compreensões.

Nesse sentido, esperamos que as nossas práticas sejam divulgadas, ganhem as ruas, ganhem os espaços desta Casa e contribuam para combater os preconceitos e, principalmente, as violências de gênero, que são muito fortes.

Gostaria, para concluir, de agradecer esta oportunidade e dizer que temos ainda a fazer muitas mudanças. Nas nossas reuniões no Centro de Filosofia e Ciências Humanas sempre faço questão de falar todas e todas, utilizando o 'o' e o 'a'. Um dia fui questionada por que fazia tanta questão de definir o 'o' e o 'a'. Resposta: 'Faço questão porque a língua portuguesa também é masculina, também é machista'.

E aqui me permitam quebrar o protocolo e falar do homenageado que está na mesa.

(Palmas)

Pensem que é muito importante, são sutilezas, são delicadezas, mas são essas sutilezas, essas delicadezas que muitas vezes,

dependendo do leitor e daquele que observa, constituem comportamentos. Fazemos a diferença: todos e todas, ele e ela.”

Obrigada a todos por esta homenagem, que partilho com todos e com todas!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Angela Albino) - Agradeço à magnífica primeira mulher reitora eleita da Universidade Federal de Santa Catarina, pois nós aqui já tínhamos identificado a mesma coisa, tínhamos dito que é o protocolo da Casa, mas aos poucos mudaremos o protocolo também.

Mencionei no início dos trabalhos de hoje que a bancada feminina desta legislatura teve início no dia 8 de março do ano passado. Até por sermos quatro deputadas, combinamos, sem

disputa, milagrosamente no espaço político, ao contrário, de forma muito construtiva, que a cada ano uma de nós assumiria a liderança da bancada.

Portanto, na noite de hoje despeço-me desta liderança e convido todos para uma grande salva de palmas à próxima líder da bancada feminina da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, deputada Ana Paula Lima.

(Palmas)

Agradecendo a presença de todas e de todos na noite de hoje e aos que nunca e às que nunca estiveram aqui, quero lembrar que esta é a Casa de todos nós e de todas nós. Estejam sempre aqui, para que também possamos trabalhar mais e melhor.

Parabéns a todas as mulheres.

Neste momento, passaremos à execução do Hino de Santa Catarina,

convidando todos para participarem, posteriormente, de um coquetel no *hall* de entrada desta Casa para conversarmos mais sobre a noite de hoje.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

A Presidência, antes de encerrar a presente sessão, agradece às autoridades com assento à mesa sua presença e a todas as pessoas que nos honraram com o seu comparecimento, convocando outra sessão, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA PRESIDÊNCIA DL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 0007-DL, de 2012

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições ALTERA o Ato da Presidência nº 001-DL, de 8 de fevereiro de 2012.

Substitui os Deputados Adelor Guglielmi e Joares Ponticelli, na Comissão de Constituição e Justiça, pelos Deputados Serafim Venzon e Silvio Dreveck; o Deputado Silvio Dreveck, na Comissão de Finanças e Tributação, pelo Deputado Valmir Comin; o Deputado José Nei Alberton Ascari, na Comissão de Proteção Civil, pelo Deputado Maurício Eskudlark; o Deputado Jean Kuhlmann, na Comissão de Segurança Pública, pelo Deputado Mauricio Eskudlark, e o Deputado Luiz Eduardo Cherem, na Comissão de Saúde, pelo Deputado Serafim Venzon.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Deputado Romildo Titon
Deputado Sargento Amauri Soares
Deputado *Silvio Dreveck*

Deputado José Nei Alberton Ascari
Deputado Dirceu Dresch
Deputado Volnei Morastoni
Deputado Luiz Eduardo Cherem

Deputado *Serafim Venzon*

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Deputado Marcos Vieira
Deputado Gilmar Knaesel
Deputado Sargento Amauri Soares

Deputado *Valmir Comin*
Deputado Manoel Mota
Deputada Luciane Carminatti
Deputado Neodi Saretta
Deputado Darci de Matos

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Deputado Gilmar Knaesel
Deputado Sargento Amauri Soares
Deputado Kennedy Nunes

Deputado Marcos Vieira
Deputado *Maurício Eskudlark*
Deputada Dirce Heiderscheidt
Deputado Volnei Morastoni

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Deputado Aldo Schneider
Deputado Narcizo Parisotto
Deputado José Milton Scheffer

Deputado Mauro de Nadal
Deputado Dirceu Dresch
Deputado Adilor Guglielmi
Deputado José Nei Alberton Ascari

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS,

DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Deputada Dirce Heiderscheidt
Deputado Luiz Eduardo Cherem

Deputada Angela Albino
Deputado Silvio Dreveck
Deputado Ismael dos Santos
Deputado Romildo Titon

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Deputado Valmir Comin
Deputada Angela Albino
Deputado Jean Kuhlmann
Deputado Manoel Mota
Deputado Mauro de Nadal
Deputado Pe. Pedro Baldissera

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Deputado Carlos Chiodini
Deputado Sargento Amauri Soares
Deputado Joares Ponticelli
Deputado Ismael dos Santos
Deputado Mauro de Nadal

Deputada Luciane Carminatti
Deputado Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Deputado *Serafim Venzon*
Deputado Sargento Amauri Soares
Deputado Valmir Comin

Deputado Jorge Teixeira
Deputado Carlos Chiodini
Deputado Mauro de Nadal
Deputado Volnei Morastoni

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Deputada Angela Albino
Deputado Altair Guidi
Deputado Silvio Dreveck
Deputado Jorge Teixeira
Deputado Elizeu Mattos
Deputado Manoel Mota

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Deputado José Milton Scheffer
Deputada Angela Albino
Deputado Jorge Teixeira
Deputado Carlos Chiodini
Deputado Edison Andriano de Oliveira

Deputado Dirceu Dresch
Deputado Adilor Guglielmi

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Deputado Narcizo Parisotto
Deputado Kennedy Nunes
Deputado Jorge Teixeira
Deputado Elizeu Mattos
Deputado Edison Andriano de Oliveira

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Deputado Gilmar Knaesel
Deputado Altair Guidi

Deputado Valmir Comin
 Deputado Jorge Teixeira
 Deputado Edson Andrino de Oliveira
 Deputada Dirce Heiderscheidt
 Deputado Neodi Saretta
COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Deputado Adilor Guglielmi
 Deputado Altair Guidi
 Deputado José Milton Scheffer
 Deputado Darci de Matos
 Deputado Manoel Mota
 Deputado Aldo Schneider
 Deputado Pe. Pedro Baldissera

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Deputada Angela Albino
 Deputado Silvío Dreveck
 Deputado José Nei Alberton Ascari
 Deputado Manoel Mota
 Deputado Romildo Titon
 Deputado Pe. Pedro Baldissera

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Deputado Kennedy Nunes
 Deputado Manoel Mota
 Deputado Aldo Schneider
 Deputado Dirceu Dresch
 Deputada Angela Albino
 Deputado *Mauricio Eskudlark*

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Deputado Luiz Eduardo Cherech
 Deputado José Milton Scheffer
 Deputada Luciane Carminatti
 Deputado José Nei Alberton Ascari
 Deputada Dirce Heiderscheidt
 Deputado Carlos Chiodini
 Deputada Angela Albino

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 13 de março de 2012

Deputado Gelson Merisio

Presidente

*** X X X ***

ATO DA MESA DL

ATO DA MESA Nº 004-DL, de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 50, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Gilmar Knaesel para ausentar-se do País, no período de 13 a 15 de março do corrente ano, para participar de atividade da UPM na Cidade de Montevidéu, Uruguai.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 12 de março de 2012

Deputado Gelson Merisio

Presidente

Deputado Jailson Lima - 1º Secretário Deputado

Deputado Reno Caramori - 2º Secretário

*** X X X ***

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 109, de 13 de março de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0350/2012,

RESOLVE: *com fundamento no art 40, § 1º, III c/c o seu § 19, da Constituição Federal, e no art. 84, da Lei complementar Estadual nº 412/2008*

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao valor da contribuição previdenciária a servidora **RAQUEL TEREZINHA OLIVEIRA**, matrícula nº 1144, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-46, a contar de 16 de fevereiro de 2012.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 110, de 13 de março de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 325/2012,

RESOLVE: *com fundamento no "parágrafo único do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 2005, c/c art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003,"*

CONCEDER APOSENTADORIA voluntária por tempo de contribuição, a servidora **MARLY JACQUES**, matrícula nº 0421, no cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-68, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais e paridade na forma da lei.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 111, de 13 de março de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONSIDERAR DISPENSADO o servidor **LOURIVAL BAPTISTOTI**, matrícula nº 1900, da função de Assistência Técnica de Comissão Permanente, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de dezembro de 2011 (DL - CC - Comissão de Relacionamento Institucional, Comunicação, Relações Internacionais e do MERCOSUL).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 112, de 13 de março de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1560/2011,

RESOLVE: *com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011.*

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO ao servidor **MARCOS AURELIO GUNGEL**, matrícula nº 0721, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-54, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 4,17% (quatro vírgula dezessete por cento) da diferença do valor do código de seu cargo efetivo e do código do cargo em comissão de Coordenador, PL/DAS-6 e 3,33% (três vírgula trinta e três por cento) do valor correspondente a Gratificação de Exercício, código PL/FC-6 do Grupo de Atividades de Direção e Assessoramento Superior; 0,83% (zero vírgula oitenta e três por cento) da função de confiança, código PL/FC-5 e 75% (setenta e cinco por cento) da função de confiança, código PL/FC-3, do grupo de atividades de Função de Confiança, até o total de 100%, incluindo percentual já agregado pela Resolução nº 943/87, de 25/06/1987, com eficácia financeira a contar de 01 de março de 2012.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 113, de 13 de março de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DISPENSAR o servidor **MARCOS AURÉLIO GUNGEL**, matrícula nº 0721, da função de Assessoria Técnica-Administrativa - Supervisão do Programa Interlegis, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades

de Função de Confiança, a contar de 01 de março de 2012 (DTI - Coordenadoria de Projetos e Desenvolvimento).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 114, de 13 de março de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0137/2012,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/2005 c/c o § 19 do art. 40 da Constituição Federal,

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao valor da contribuição previdenciária ao servidor **FREDERICO ALEXANDRE CRIPPA**, matrícula nº 2037, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-68, a contar de 21 de janeiro de 2012.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 115, de 13 de março de 2012

Aprova o Quadro de Detalhamento da Despesa do Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, para o exercício do ano de 2012.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado o Quadro de Detalhamento da Despesa do Orçamento da Assembléia Legislativa para o exercício do ano de 2012, na forma do Anexo que acompanha o presente Ato.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012.

Deputado **GELSON MERÍSIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 014/12

Of. 024/12 Mafra, 05 de março de 2012
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Associação Terapêutica Novo Amanhecer - ATENA**, de Mafra referente ao exercício de 2011.

Anete de Fátima Woehl
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 13/03/12

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 015/12

Of. 08/12 Imbuia, 08 de março de 2012
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE**, de Imbuia referente ao exercício de 2011.

Dirceu Schmidt
Presidente da APAE

Lido no Expediente
Sessão de 13/03/12

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 512, de 13 de março de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
3441	Rui Bussolo	15	10/02/12	0558/12
1015	Sergio Machado Faust	30	10/02/12	0553/12
1906	Sonia Maria da Silveira	05	13/02/12	0556/12
1741	Bertilio Borba	12	16/02/12	0557/12
3849	Adriane Aparecida Cavazzola Pedroso	07	22/02/12	0555/12

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 513, de 13 de março de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR MIRTES MARIA MAESTRI, matrícula nº 6060, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-74, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 5 de março de 2012 (Gab Dep Serafim Venzon - Botuverá).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 514, de 13 de março de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR no Gabinete do Deputado Manoel Mota **ADERCIO JOSÉ VELTER**, Agente Penitenciário, nível -SP-SP-SAA-10-A, matrícula nº 233.126-8-01, servidor do Poder Executivo - Secretaria da Justiça e Cidadania, colocado à disposição na Assembleia Legislativa pelo Ato nº 381, de 23 de fevereiro de 2012, a contar de 16 de março de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 515, de 13 de março de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR DIEGO DIAS, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-17, Atividade Administrativa Interna do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Serafim Venzon).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 516, de 13 de março de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DESIGNAR a servidora **ROSANE MARIA KRUGER**, matrícula nº 1961, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Assistência Técnica Consultoria, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, **ADRIANA HELENA DE SOUZA GEZAK**, que se encontra substituindo Noeli Terezinha Livi, por 90 (noventa) dias, a contar de 06 de março de 2012 (MD - Consultoria Legislativa).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 517, de 13 de março de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **INES WOLLINGER DA CONCEICAO**, matrícula nº 4027, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-65, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 13 de março de 2012 (Gab Dep Edison Andrino).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 518, de 13 de março de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR INES WOLLINGER DA CONCEICAO, matrícula nº 4027, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-62, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 13 de março de 2012 (Gab Dep Edison Andrino).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 519, de 13 de março de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DESIGNAR o servidor **LUIZ ROBERTO LOCKS**, matrícula nº 4663, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Chefia de Seção - Odontologia, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, **CARMEN LUCIA CORREA ZATTAR**, que se encontra em fruição de Licença Prêmio por 60 (sessenta) dias, a contar de 07 de março de 2012 (DRH - Coordenadoria de Saúde e Assistência).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 520, de 13 de março de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DESIGNAR a servidora **VILMA CARDOSO**, matrícula nº 1119, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer,

em substituição, a função de Assessoria Técnica Administrativa - Odontológica, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, **LUIZ ROBERTO LOCKS**, que se encontra SUBSTITUINDO a Chefia da Seção Odontologia, por 60 (sessenta) dias, a contar de 07 de março de 2012 (DRH - Coordenadoria Saúde e Assistência).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 521, de 13 de março de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DESIGNAR o servidor **DIOGENES DOMINGOS GRIGOLO**, matrícula nº 1722, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Chefia - Secretária de Comissão Permanente, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, **LIGIA DE OLIVEIRA STOETERAU**, que se encontra em fruição de Licença Prêmio por 60 (sessenta) dias, a contar de 22 de fevereiro de 2012 (DL - CC - Comissão de Relacionamento Institucional, Comunicação, Relações Internacionais e do Mercosul).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 522, de 13 de março de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde ao servidor **LUIZ EDUARDO CAMINHA**, matrícula nº 0668, por 90 (noventa) dias, a contar de 28 de janeiro de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 523, de 13 de março de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 0554/2012,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, II, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA por motivo de doença em pessoa da família à servidora **MARIA DE FÁTIMA BARRETO BECKER**, matrícula nº 1402, por 60 (sessenta) dias, a contar de 11 de fevereiro de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 524, de 13 de março de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **EDUARDO BALDUINO MACHRY**, matrícula nº 0840, no gabinete do Deputado Maurício Eskudlark, a partir de 02 de março de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 525, de 13 de março de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **ANTONIO CESAR RIGO PICHETTI**, matrícula nº 1107, no Gabinete do Deputado Maurício Eskudlark, a partir de 02 de março de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 526, de 13 de março de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.*

PUBLICAR que os servidores abaixo relacionados exercem **Atividade Parlamentar Externa**, a contar de 02 de março de 2012.

Gab Dep Dirce Heiderscheidt

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
6091	CRISTIANE ROCHA PACHECO	ARARANGUÁ
6520	JADSON BERTO DA SILVEIRA	FLORIANÓPOLIS
3176	MARIANGELA DAL-BO LAPOLLI	URUSSANGA
6066	MIRELLE GRABOSKI DOS PASSOS	LAGUNA
6080	ZENIR MARIA FIGUEIREDO	FLORIANÓPOLIS
6065	KELLIN BORGES	FLORIANÓPOLIS

Gab Dep Edison Andrino

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
5245	ANDREY WESSLER	SÃO JOSÉ
6568	CAROLINE MICHELS SIEGA MIROSKI	FLORIANÓPOLIS
4927	DIANA WESSLING ANGIOLETTI	BALNEÁRIO CAMBORIÚ
6390	DIEGO RUAN PAGANI MARTINS	PALHOÇA
2317	IVO SILVESTRE FERREIRA	BIGUAÇÚ
6570	JOICE FUGAZZA	NAVEGANTES
6947	LIRIO FORNAZZA	BRAÇO DO NORTE
5749	MARLA AMORIM STEIN	PORTO BELO

Gab Dep Maurício Eskudlark

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
6889	IVAN TORRESANI	BRUSQUE
6763	SIMONE COMPARETTO	ABELARDO LUZ

Gab Dep Mauro de Nadal

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
6864	ALESSANDRO DEMARCHE MARTINS	FLORIANÓPOLIS
6105	EVA MARIA DOS SANTOS	JOINVILLE
5198	JERUSA SCHAUFFLER LEHMKUHL	SÃO JOSÉ
6895	JOANE MACHADO	PALHOÇA
6258	JOCYLENE SANTOS VELHO	FLORIANÓPOLIS
5963	MARCOS DA SILVA	FLORIANÓPOLIS
3971	MARIA APARECIDA MARTINS SITONIO	FLORIANÓPOLIS
4527	MARIJANE LUCIA MARAN LIBARDONI	DIONÍSIO CERQUEIRA
5267	IVALDO JOSE TONELLI	TUBARÃO
6782	PRISCILA REGINA BELTRAMI	SÃO JOSÉ

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 527, de 13 de março de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.*

PUBLICAR que a servidora abaixo relacionada exerce **Atividade Parlamentar Externa**, a contar de 01 de março de 2012.

Gab Dep Gilmar Knaesel

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
7000	ALINE DAMÁZIO NEVES	LAGUNA

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 528, de 13 de março de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **JAIR BATISTA RAMOS**, matrícula nº 6176, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-03, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 13 de março de 2012 (Gab Dep Padre Pedro Baldissera).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 529, de 13 de março de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR KELEN CARLA BERTOL, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-44, Atividade Administrativa Interna do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Luiz Eduardo Cherm).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 530, de 13 de março de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR MARIA SALETE ULLER, matrícula nº 3128, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-21, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 2 de março de 2012 (Gab Dep Kennedy Nunes - Brusque).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 531, de 13 de março de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR ANDRE RODRIGO PAMPLONA, matrícula nº 6614, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Liderança, código PL/GAL-47, atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 02 de março de 2012 (Liderança do PSDB).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 532, de 13 de março de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria nº 366, de 06 de março de 2012, nos seguintes termos:

ONDE SE LÊ: ...a função de Assessoria Técnica Consultoria

LEIA-SE: ... a função de Assistência Técnica Consultoria
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 533, de 13 de março de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 007/2012 (**Republicação**).

Matr	Nome do Servidor	Função
2543	Juçara Helena Rebelatto	Pregoeiro
1877	Antonio Henrique Costa Bulcão Viana	Pregoeiro substituto
1998	Bernadete Albani Leiria	Equipe de apoio
0947	Valter Euclides Damasco	
1332	Hélio Estefano Becker Filho	
2169	Sinara Lucia Valar Dal Grande	

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 534, de 13 de março de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.

PUBLICAR que os servidores abaixo relacionados exercem **Atividade Parlamentar Externa**, a contar de 02 de março de 2012.

Gab Dep Ciro Marcial Roza

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
6933	ADELAR ANDRADE	TIMBÓ
6627	ANSELMO VINCI	BIGUAÇÚ
6580	ANTONIO OSCAR LAURINDO JUNIOR	IMBUIA
6633	CELIO COELHO DE SOUZA	OTACÍLIO COSTA
6582	CERLI TEREZINHA ADUR WOGGINAKI	TRÊS BARRAS
6612	JOSE CARLOS VARGAS MARIANO	CORREIA PINTO
6844	LAIRTO WOLSTEINER	RIO DO SUL
3913	LUIZ CARLOS BARBOSA DA SILVA	OTACÍLIO COSTA
7012	SONIA REGINA PORTALETE	BRUSQUE
6862	TIAGO MAESTRI	TAIÓ
6863	VANILDO VALLE	TAIÓ

Gab Dep Maurício Eskudlark

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
5940	CARLOS DE PAULA	ÇAÇADOR
5845	ROBERTO ELIAS DAL'PONT	ITUPORANGA
5001	IVO GILBERTO OLJENIK	ÇAÇADOR
6530	GISELE COLUSSI CORDEIRO	ÇAÇADOR
6227	JOAO CARLOS MUNARETTO	RIO DAS ANTAS
6893	DARCI KLUMB	MARAVILHA
6009	VENICIO EDUARDO CAVINATO	SÃO LOURENÇO D'OSTE

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI N 084/12

Dispõe sobre a presença obrigatória do Corretor de Seguros ou de seu representante legal em todos os estabelecimentos que comercializam seguros, no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica obrigatória a presença de corretor de seguros ou de seu representante legal em todos os estabelecimentos, quando da comercialização dos seguros, em todo o Estado de Santa Catarina

§ 1º - Para efeitos desta Lei, é considerado Corretor de Seguros, de todos os ramos ou vida, previdência e saúde, o profissional pessoa física ou jurídica, legalmente habilitado pela SUSEP, e com sua situação profissional ativa, a angariar e promover contratos de seguro entre as Sociedades Seguradoras e as pessoas físicas ou jurídicas de Direito Privado.

§ 2º - Para efeito desta Lei, consideram-se estabelecimentos comerciais os bancos, as lojas, as operadoras de cartões de crédito, as fundações, os sindicatos, as associações, as lotéricas e todos os demais estabelecimentos que comercializam seguros junto ao público consumidor.

Art. 2º Todo estabelecimento que comercializar seguros no Estado de Santa Catarina deve manter em local visível informação do corretor e ou seu representante legal responsável pela comercialização dos seguros e a sua SUSEP.

Parágrafo único - Serão considerados corretores e ou prepostos responsáveis pela comercialização de seguros no estabelecimento, aqueles que figurarem como responsáveis técnicos nas apólices comercializadas.

Art. 3º - O estabelecimento comercial que infringir o disposto desta Lei ficará sujeito às penalidades que vierem a ser impostas pela administração.

Art. 4º O Poder Executivo promoverá a regulamentação e as providências necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de sessões,

Deputado Jean Kuhlmann

Lido no Expediente

Sessão de 13/03/12

JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem por escopo proteger os consumidores, já que atualmente diversos estabelecimentos comercializam seguros sem a presença do corretor de seguros, desobedecendo frontalmente o que estabelecido pelo artigo 122 do Decreto Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

Tais estabelecimentos promovem vendas casadas, com produtos pré-montados (engessados), impondo a compra pela força do poder econômico, ignorando a necessidade da presença deste profissional para orientar o consumidor, detalhando as coberturas, franquias, vigências, custos, assistências, sinistros, exclusões, condições gerais da apólice, esquecendo de aplicar o disposto no decreto supracitado, que estabelece o corretor de seguros, pessoa física ou jurídica, como o intermediário legalmente autorizado a angariar e promover contratos de seguro entre as Sociedades Seguradoras e as pessoas físicas ou jurídicas de Direito Privado.

Os Bancos, Seguradoras e demais Instituições do Sistema Financeiro Nacional não querem se submeter a quaisquer normas (nem mesmo as do Código Civil, embora sempre as tivessem aplicado na regulação de contratos, notadamente a de seguros): querem em verdade ditar as regras, modificá-las a qualquer tempo e de forma unilateral impor as mesmas aos vulneráveis e hipossuficientes, eximindo-se de qualquer responsabilidade no desempenho de sua atividade empresarial e prosseguir na caminhada rumo ao aumento aviltante e estratosférico dos seus lucros.

Conforme nossa constituição cabe ao Estado, a promoção de ações sistemáticas de proteção ao consumidor, de modo a garantir-lhe a segurança e a saúde, e a defesa de seus interesses econômicos. Aliás, não se pode almejar o alcance destes objetivos, sem a promoção da mais completa e adequada proteção dos interesses e direitos do

consumidor, que estão em posição de incontestável vulnerabilidade fática, econômica, técnica, jurídica e política em relação às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Vale dizer, as normas inseridas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor, são aplicáveis às relações jurídicas travadas entre os clientes e as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, e este projeto, apresenta-se constitucional sua adoção, indo ao encontro do valor maior de defesa do consumidor (direito fundamental e princípio geral da atividade econômica).

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 085/2012

Declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Bairro Napolini - ASSOMIN

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Bairro Napolini, com sede no Município de Criciúma.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de Julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Valmir Comin

Lido no Expediente

Sessão de 13/03/12

JUSTIFICATIVA

Tomo a iniciativa de apresentar o Projeto de Lei que visa declarar de utilidade pública a **Associação de Moradores do Bairro Napolini**, atendendo pedido da própria entidade que necessita deste reconhecimento para poder celebrar atos e convênios com órgãos públicos estaduais, a fim de atender suas finalidades estatutárias.

Trata-se de entidade civil, sem fins lucrativos, que presta relevantes serviços à comunidade, razão pela qual entendo ser de inteira justiça o pleito ora apresentado.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 086/2012

Dispõe sobre a comercialização de banana *in natura* no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º A comercialização de banana *in natura* no Estado de Santa Catarina, sem prejuízo do atendimento às demais normas pertinentes à natureza da operação, será realizada com expressa indicação:

I - do peso líquido do produto, tendo como unidade de medida o quilograma, e sua milésima parte, o grama;

II - do valor de referência do produto, expresso em moeda corrente nacional, considerada a massa de um quilograma;

III - do valor do produto, obtido em conformidade com os indicadores previstos nos incisos I e II; e

IV - da região de procedência.

Parágrafo único. Os indicadores de que trata este artigo deverão constar, de forma clara e legível, em local apropriado e visível, podendo ser anotados na embalagem ou no rótulo, selo, etiqueta e outras formas adequadas de aposição ao produto, observadas as normas de ordem sanitária e as demais previstas na legislação aplicável à espécie.

Art. 2º O descumprimento da presente Lei acarretará multa cujos valores da arrecadação serão recolhidos em favor da Unidade Orçamentária 04091 - Fundo para Reconstituição de Bens Lesados, vinculados ao Ministério Público.

§ 1º A multa será no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais)

a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), conforme a gravidade da transgressão, em face da natureza da operação, da quantidade do produto e da reincidência, isolada ou cumulativamente consideradas, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

§ 2º Os limites mínimo e máximo da multa referidos no § 1º serão reajustados anualmente, com base na variação do Índice Geral de Preço de Mercado - IGPM/FGV, ou por índice que vier a substituí-lo.

Art. 3º Esta Lei será regulamentada no prazo de noventa dias, a contar da data de sua publicação, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição do Estado e os obrigados a sua disciplina terão um prazo de noventa dias, a contar da sua regulamentação, para se adaptarem ao estabelecido nesta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado José Milton Scheffer

Lido no Expediente

Sessão de 13/03/12

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração dos nobres Pares o presente projeto de lei que estabelece a obrigatoriedade da venda de banana *in natura* por quilograma, pelos motivos abaixo expostos.

Segundo o "Projeto Fruticultura Tropical" realizado pela Estação Experimental de Itajaí da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI, as bananas são comercializadas em caixas de madeira quando exportadas e em caixas plásticas quando comercializadas no mercado interno.

O estudo relata que restou convencionado pelo mercado que as caixas de banana do tipo "torito" ou de plástico tenham em torno 21 kg da fruta embalada verde e que a maioria dos produtores não embala nem pesa as caixas de sua produção, ficando ao encargo de equipes contratadas pelos compradores essa função.

Contudo, na realização de um trabalho de amostragem pela Epagri/EEL nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2011, em 28 casas de embalagens de cinco municípios do norte catarinense, constatou-se que o peso médio de frutas nas caixas comercializadas é de 23,12 kg.

Esse excesso de peso nas caixas afeta toda a cadeia produtiva, desde o produtor até o consumidor, evidenciando os danos na pós-colheita, eis que causa uma série de lesões nas frutas, acelerando o processo metabólico, ocasionando a perda excessiva de água, a maturação precoce, o amolecimento da polpa, a redução do tempo de prateleira, a alteração do sabor, da cor, da textura etc.

Assim, referida pesquisa recomenda que o peso convencionado pelo mercado, em torno de 21 kg de banana/caixa seja reduzido para 18 kg e que as caixas tenham as dimensões internas de 500x350x290mm e 515x325x295mm.

Relatam, também, que nosso Estado produz 665.000.000 kg de bananas/ano de modo que a venda é feita por caixas e não por peso. Assim, adotando o peso de 21 kg/caixa, conforme convenção do mercado, seriam comercializadas 31.667.000 caixas/ano, ao preço médio de 2011 que era de R\$ 7,00/cx, totalizando R\$ 221.670.000,00/ano em nível de produtor. Porém, utilizando-se o peso real, verificado na amostragem anteriormente mencionada, de 23,12 kg/caixa, seriam 28.762.800 caixas/ano, o que renderia por ano R\$ 201.339.600,00.

Desta forma, encerram o estudo demonstrando que essa diferença de R\$ 20.330.000,00 é o que o produtor catarinense está deixando de ganhar por ano somente na diferença de peso entre o "combinado pelo mercado" e o que realmente é colocado nas caixas durante o embalamento.

Destarte, com o objetivo de proteger o produtor que atualmente comercializa seu produto com atravessadores, varejistas e supermercados utilizando como medida caixa padrão, que suporta entre 20 e 24 kg e que pela imprecisão muitas vezes não traduz uma relação justa de compra e venda, conto com o apoio dos Pares para a aprovação da presente proposição.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 087/12

Declara o Município de Chapecó como Cidade Berço dos Jogos Abertos Paradesportivos de Santa Catarina - PARAJASC.

Art. 1º Fica declarado o Município de Chapecó como Cidade Berço dos Jogos Abertos Paradesportivos de Santa Catarina - PARAJASC.

Art. 2º A cerimônia de acendimento do Fogo Simbólico do PARAJASC será realizada em Chapecó, devendo o "fogo-mãe" ser acesso de forma natural, por intermédio de combustão espontânea do calor de brasas, para acendimento da pira olímpica, que permanecerá acessa até o final do PARAJASC.

Art. 3º O transporte da tocha com o Fogo Simbólico do Município de Chapecó para a cidade sede do PARAJASC será efetuado por para-atletas, em corrida de revezamento, por rodovias do Estado Catarinense.

Art. 4º Decreto do Poder Executivo estabelecerá os procedimentos inerentes as cerimônias de que trata esta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Gelson Merisio

Lido no Expediente

Sessão de 13/03/12

JUSTIFICATIVA

Submeto à consideração de Vossas Excelências projeto de lei que visa declarar o Município de Chapecó como "Cidade Berço dos Jogos Abertos Paradesportivos de Santa Catarina - PARAJASC".

Ao longo da história do desporto adaptado em Santa Catarina ocorreram, entre outras ações, alguns tipos de eventos como os Jogos Catarinenses dos Excepcionais- JOCAEX, realizados pelas federações das APAES e escolas especializadas; os Jogos Catarinenses dos Deficientes Físicos - JOCADEF, organizados pelas associações de deficientes físicos e cegos; a Corrida Rústica Catarinense para Pessoas com Deficiência; e as Paraolimpíadas, em Florianópolis, evento que envolve deficientes auditivos, físicos, mentais e visuais, além de outras ações das quais não se têm registros oficiais, sendo que todos, de alguma forma, contavam com o apoio do poder público, mas não eram de responsabilidade do Governo.

Em fevereiro de 2003, o Departamento de Educação Física da Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE apresentou a órgãos do Poder Executivo duas propostas relacionadas ao desporto adaptado, sendo que a primeira consistia na realização de um encontro com representantes da área do desporto e dos segmentos de deficiência para discutir a situação do desporto adaptado em Santa Catarina; e a segunda proposta pedia a criação dos 1º Jogos Abertos Paradesportivos de Santa Catarina a serem organizados pela FESPORTE em parceria com a FCEE. A partir desta iniciativa, ocorreu o primeiro encontro, em junho de 2003, entre as duas instituições e representantes de diferentes segmentos com atuação voltada às pessoas com deficiência.

Como resultado do encontro entre as entidades foi criada uma comissão constituída por diferentes segmentos: FCEE, FESPORTE, CED, Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos - AFLODEF, Federação Nacional das APAES - FENAPAES, Universidade do Estado de Santa Catarina e seu Centro de Educação Física e Desporto (UDESC-CEFID), Universidade Federal de Santa Catarina e seu Centro de Desporto (UFSC-CDS). A comissão recebeu a responsabilidade de elaborar uma proposta de política para o desporto da pessoa com deficiência. Diversas reuniões foram realizadas, até a conclusão de uma proposta consistente e viável, que pudesse ser aplicada de forma permanente, como uma política pública de Estado.

Nestas ocasiões foram discutidas, amplamente, a situação do desporto adaptado e as necessárias ações para que este fosse impulsionado e se tornasse uma realidade em Santa Catarina. Por conseguinte, ações foram deflagradas na intenção de realmente transformar o desporto adaptado no Estado. Estavam lançadas as bases para que a Política Estadual de Desportos chegasse às pessoas com deficiência e, conseqüentemente, tornasse possível a criação dos PARAJASC.

Também em 2003, reuniram-se na FESPORTE representantes de vários segmentos públicos sociais identificados com os portadores de deficiência física, a saber: FCEE, FESPORTE, CED, AFLODEF, APAES, UDESC-CEFID, UFSC-CDS, para discutir as políticas públicas do desporto adaptado em Santa Catarina, sendo proposta a criação dos 1ºs Jogos Abertos Paradesportivos de Santa Catarina a serem organizados pela FESPORTE, em parceria com a FCEE, com a participação da Federação Catarinense de Entidades de Deficientes Físicos, a Federação Catarinense de Desporto de Cego e Baixa Visão, a Federação Catarinense de Desportos de Surdos e a Federação das APAES de Santa Catarina.

Os participantes desse acontecimento manifestaram-se conclusivamente pela realização de um evento esportivo com todos os segmentos de deficiência, que contemplasse a legislação vigente e que passasse a integrar a política estadual de desporto e seu calendário oficial. Tomada essa decisão, iniciaram-se os trabalhos destinados a viabilizar a realização do primeiro PARAJASC, previsto, inicialmente, para serem realizados em abril de 2005, na cidade de Florianópolis.

Nesse período, a comissão tomou conhecimento do interesse do município de Chapecó, que seria sede da 45ª dos Jogos Abertos de Santa Catarina - JASC, em realizar um evento nos moldes dos PARAJASC. Contatos foram feitos e o município aceitou sediar a primeira edição dos Jogos Paradesportivos de Santa Catarina. E assim, no dia 25 de agosto de 2005, iniciava a primeira edição do evento com o time da casa sagrando-se campeão. Em 2006, os PARAJASC foram realizados em Concórdia, com o município de Chapecó sendo bicampeão geral. No ano seguinte, em 2007, Jaraguá do Sul foi a sede, mesmo assim Chapecó conquistou o tricampeonato. Em 2008, o evento voltou para Chapecó, que conquistou com facilidade o tetracampeonato. A partir de 2009, com a mudança do regulamento, o evento passa a não ter mais um campeão geral.

Já foram realizadas sete edições do PARAJASC, sendo que a segunda nas cidades de Joaçaba, Herval do Oeste e Luzerna, com a participação de 53 municípios, a terceira em Jaraguá do Sul, com a participação de 52 municípios, a quarta edição em Chapecó, com a participação de 58 municípios, a quinta edição em Caçador, com a participação de 66 municípios, a sexta edição em Itajaí, com a participação de 60 municípios e a sétima edição em São Miguel do Oeste, com a participação de 69 municípios.

Os PARAJASC têm por finalidades favorecer o desenvolvimento global da pessoa com deficiência e sua integração na sociedade pela prática esportiva adequada às suas necessidades especiais, de oferecer aos paraatletas a oportunidade de participarem de atividades e competições esportivas e de incentivar o surgimento de novos valores, assim como visa promover o esporte adaptado em Santa Catarina, estimulando as empresas, os empresários e os municípios a investirem no esporte para pessoas com deficiência.

Ainda está entre as finalidades dos PARAJASC proporcionar aos paraatletas a aquisição de experiências enriquecedoras, que ampliem seus conhecimentos e facilitem sua relação com o meio no qual vivem, visando o pleno exercício de sua cidadania, bem como busca fomentar e propiciar o intercâmbio técnico e de gestão entre profissionais e dirigentes.

Os 1º Jogos Abertos Paradesportivos de Santa Catarina - PARAJASC ocorreram no período de 25 a 28 de agosto de 2005, em Chapecó, numa iniciativa da Fundação Catarinense de Esporte - FESPORTE e da Prefeitura de Chapecó, com o apoio da Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE. Cerca de um mil paraatletas de 42 municípios disputaram dez modalidades: basquete, natação, bocha, futsal, atletismo, tênis de mesa, xadrez, ciclismo, equitação para deficiente mental e goalboll (esporte específico para deficientes visuais), sendo que as três últimas citadas foram executadas apenas como apresentação.

Chapecó e Santa Catarina ofertavam um belo exemplo para o Brasil. Não existia, competição semelhante aos PARAJASC no resto do país. Chapecó sagrou-se campeã geral da primeira edição dos PARAJASC com 83 pontos, seguido de São José, em segundo, com 38, e Caçador em terceiro lugar com 31 pontos.

A cidade de Chapecó, por considerar o desporto adaptado um importante instrumento de inclusão e integração social do portador de necessidades especiais, por sempre ter prestigiado e dispensado especial atenção ao PARAJASC, bem como por ter

sediado os primeiros jogos e participado de todos os demais realizados, credencia-se, de forma incontestada, a ostentar o título e as honrarias de ser o “**BERÇO DOS JOGOS ABERTOS PARADESPORTIVOS DE SANTA CATARINA - PARAJASC**”.

O projeto de lei ora apresentado reveste-se de grande relevância e mérito, razão pela qual solicito o acolhimento da presente proposição, a qual submeto à apreciação e aprovação dos nobres Deputados.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 0088/2012

Dispõe sobre a cassação da eficácia da inscrição no cadastro de contribuintes do Imposto - ICMS, dos estabelecimentos que produzam ou comercializem produtos em cuja fabricação tenha havido a utilização de trabalho caracterizado como forçado ou análogo à escravidão.

Art. 1º Será cassada a eficácia da inscrição no cadastro de contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, dos estabelecimentos que produzam ou comercializem produtos em cuja fabricação tenha havido a utilização de trabalho caracterizado como forçado ou análogo à escravidão.

Art. 2º A não conformidade a que se refere o artigo 1º desta lei será apurada na forma prevista em regulamento.

Art. 3º A falta de regularidade da inscrição no cadastro de contribuintes do ICMS inabilita o estabelecimento à prática de operações relativas à circulação de mercadorias e de prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Art. 4º A cassação da eficácia da inscrição do cadastro de contribuintes do ICMS, prevista no artigo 1º, implicará aos sócios, pessoas físicas ou jurídicas, em conjunto ou separadamente, do estabelecimento penalizado;

I - o impedimento de exercerem o mesmo ramo de atividade, mesmo que em estabelecimento distinto daquele;

II - a proibição de entrarem com pedido de inscrição de nova empresa, no ramo de atividade.

Parágrafo único - As restrições previstas nos incisos prevalecerão pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data de cassação.

Art. 5º O Poder Executivo divulgará, através do Diário Oficial, a relação dos estabelecimentos comerciais penalizados com base no disposto nesta lei, fazendo constar os respectivos CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, nome completo dos sócios e endereços de funcionamento.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Manoel Mota

Lido no Expediente

Sessão de 13/03/12

JUSTIFICATIVA

A assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, representou o fim do direito de propriedade de uma pessoa sobre a outra, acabando com a possibilidade de possuir legalmente um escravo no Brasil. No entanto, persistiram situações que mantêm o trabalhador sem possibilidade de se desligar de seus patrões.

As diversas modalidades de trabalho forçado têm sempre em comum duas características: o uso da coação e a negação da liberdade. O trabalho escravo resulta da soma do trabalho degradante com a privação de liberdade, ficando o trabalhador preso a uma dívida e a um lugar, tendo na maioria, seus documentos retidos.

Vale lembrar que a escravidão urbana tem características próprias. Portanto, pede instrumentos específicos para combatê-la.

A Convenção nº 29 da OIT de 1930, define sob o caráter de lei internacional o trabalho forçado como todo trabalho ou serviço exigido de uma pessoa da sanção e para o qual não se tenha oferecido espontaneamente. A mesma Convenção nº 29 proíbe o trabalho forçado em geral incluindo, mas não se limitando, à escravidão.

A escravidão é uma forma de trabalho forçado, constitui-se no absoluto controle de uma pessoa sobre a outra, ou de um grupo de pessoas sobre outro grupo social. Trabalho escravo se configura pelo trabalho degradante aliado ao cerceamento da liberdade.

A nova escravidão é mais vantajosa para os empresários que a da época do Brasil Colônia e do Império, pelo menos do ponto de vista financeiro e operacional.

O artigo 149 do Código Penal (que trata do crime do trabalho escravo) existe desde o início do século passado. A legislação trabalhista aplicada no meio rural é da década de 70 (lei nº 5.889). Portanto, tanto a existência do crime como a obrigação de garantir os direitos trabalhistas não são coisas novas. Os empregadores que costumeiramente exploram o trabalho escravo, na maioria das vezes, são pessoas instruídas que vivem nos grandes centros urbanos do país, possuindo excelente assessoria contábil e jurídica para suas empresas.

Neste sentido, o trabalho escravo é um crime de violação de direitos humanos. Normalmente, quem se utiliza dessa prática também é flagrado por outros crimes e contravenções. Dessa forma, o trabalho escravo torna-se um tema transversal, que está ligado a diversas áreas e por todas deve ser combatido.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 089/12

Altera dispositivos da Lei nº 14.541, de 20 de novembro de 2008, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Portadores de Mielomeningocele, de Blumenau.

Art. 1º A Lei nº 14.541, de 20 de novembro de 2008, passa vigorar com a seguinte redação:

“Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Portadores de Mielomeningocele e Neoplasia - Casa de Apoio Mielo e Neoplasia. (NR)

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Portadores de Mielomeningocele e Neoplasia - Casa de Apoio Mielo e Neoplasia, com sede no Município de Blumenau. (NR)

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Ismael dos Santos

Lido no Expediente

Sessão de 13/03/12

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo que visa alterar a Lei nº 14.541, de 20 de novembro de 2008, em razão da mudança da denominação demonstrada em documentação remetida pela entidade

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 090/12

Dispõe sobre a exibição, pelos estabelecimentos de Educação Básica do Estado, da autorização de funcionamento expedida pelo Conselho Estadual de Educação.

Art. 1º Todos os estabelecimentos de Educação Básica, públicos ou privados, localizados no Estado de Santa Catarina, deverão exibir, no seu principal hall de entrada, cópia da autorização de funcionamento expedida pelo Conselho Estadual de Educação.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das sessões,
Deputado Altair Guidi

Lido no Expediente

Sessão de 13/03/12

JUSTIFICATIVA

É determinação legal que todos os estabelecimentos de Educação Básica, públicos ou privados localizados no Estado de Santa Catarina, somente poderão exercer as respectivas atividades - ministrar o ensino - desde que devidamente autorizados pelo Conselho Estadual de Educação. A falta desta autorização impede o reconhecimento público dos certificados expedidos pelo estabelecimento, causando sérios transtornos aos respectivos alunos.

Mesmo que essa determinação legal seja do conhecimento público ainda é possível identificar alguns estabelecimentos que, apesar de estarem em pleno funcionamento, não foram ainda autorizados pelo Conselho Estadual de Educação a exercerem as respectivas atividades.

O Projeto de Lei ora apresentado não objetiva corrigir eventuais distorções quanto ao cumprimento da regra básica. Ele objetiva apenas promover a necessária divulgação para essa condição essencial de funcionamento, determinando sua exibição, no principal hall de entrada, de todos os estabelecimentos de Educação Básica localizados no Estado.

A partir da vigência da Lei ora submetida à consideração do Plenário da Assembleia Legislativa, os pais ou os responsáveis pelos alunos terão plenas condições de distinguirem aqueles estabelecimentos de Educação Básica autorizados a funcionar pelo Conselho Estadual de Educação daqueles que ainda não alcançaram tal condição.

A adoção da Lei ora proposta não só evitará futuros transtornos aos alunos egressos de estabelecimentos não autorizados pelo Conselho Estadual de Educação, como também proporcionará ampla fiscalização quanto ao cumprimento da regra essencial a ser observada pelos estabelecimentos de Educação Básica do Estado.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 091/12

Dispõe sobre o repasse voluntário de recursos do Governo do Estado para os municípios.

Art. 1º A partir do exercício de 2013, o repasse de recursos do Governo do Estado aos municípios, em caráter voluntário, estará condicionado à análise do esforço municipal voltado ao incremento do respectivo Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana - IPTU.

Parágrafo único. Na análise do esforço a que se refere este artigo serão levadas em conta as seguintes variáveis:

I - variáveis do município:

a) população urbana, identificada pelo IBGE, por meio do Censo de 2010;

b) IPTU *per capita*, calculado por meio da divisão do valor total do IPTU lançado para o respectivo exercício, pela população urbana de 2010; e

c) Renda *per capita* urbana, identificada pelo IBGE por meio do Censo de 2010; e

II - variável do Estado de Santa Catarina, identificada pela renda média *per capita* urbana calculada pelo IBGE por meio do Censo de 2010, equivalente a R\$ 1.048,33 (mil, quarenta e oito reais e trinta e três centavos).

Art. 2º Para os efeitos a que se refere o art. 1º os municípios são classificados em quatro grupos:

I - grupo I: municípios com renda *per capita* urbana superior à média do Estado, ou seja, maior do que R\$ 1.048,33 (mil, quarenta e oito reais e trinta e três centavos);

II - grupo II: municípios com renda *per capita* urbana entre

setenta e cinco por cento e cem por cento da renda *per capita* urbana média do Estado, ou seja, entre R\$ 786,24 (setecentos e oitenta e seis reais e vinte e quatro centavos) e R\$ 1.048,33 (mil, quarenta e oito reais e trinta e três centavos);

III - grupo III: municípios com renda *per capita* urbana entre cinquenta por cento e setenta e quatro vírgula noventa e nove por cento da renda *per capita* urbana média do Estado, ou seja, entre R\$ 524,16 (quinhentos e vinte e quatro reais e dezesseis centavos) e R\$ 786,23 (setecentos e oitenta e seis reais e vinte e três centavos); e

IV - grupo IV: municípios com renda *per capita* urbana menor que cinquenta por cento da renda *per capita* urbana média do Estado, ou seja, inferior a R\$ 524,16 (quinhentos e vinte e quatro reais e dezesseis centavos).

Art. 3º No repasse dos recursos a que se refere o art. 1º será considerada a classificação do município em cada um dos grupos a que se refere o artigo anterior e o respectivo IPTU *per capita* que, obrigatoriamente, deverá corresponder a um valor:

I - superior a vinte por cento da renda *per capita* urbana para os municípios classificados no grupo I;

II - superior a quinze por cento da renda *per capita* urbana para os municípios classificados no grupo II; e

III - superior a dez por cento da renda *per capita* urbana para os municípios classificados no grupo III.

Parágrafo único. O disposto no art. 1º não será aplicado aos municípios classificados no grupo IV.

Art. 4º Ficam excluídos das restrições a que se refere esta Lei os repasses de recursos que tenham como objetivo:

I - atender encargos que, institucionalmente, caberiam à Administração Estadual;

II - atender compromissos já assumidos pela Administração Estadual por meio de instrumentos jurídicos já formalizados; e

III - atender emergências decorrentes a fatores climáticos e ou de outra ordem, classificadas como tal no respectivo ato de reconhecimento do "estado de emergência".

Art. 5º O Chefe do Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de noventa dias contados da data da sua publicação no Diário Oficial do Estado, promovendo a necessária divulgação em todos os municípios do Estado.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do dia 1º de janeiro de 2013.

Sala das Sessões,

Deputado Altair Guidi

Lido no Expediente

Sessão de 13/03/12

JUSTIFICATIVA

Tradicionalmente, a grande maioria das Prefeituras de Santa Catarina dispensa pouca atenção ao potencial de receita própria do município. São vários os fatores que contribuem para essa realidade. O primeiro é a convicção de que a elevada carga tributária imposta à população não justifica a cobrança de tributos municipais em escala mais elevada. O segundo, é a constatação de que as transferências constitucionais ao município, feitas pelo Estado e pela União, são suficientes para cobrir as necessidades de obras e serviços da respectiva comunidade. O terceiro é a quase segurança de que, para as necessidades mais prementes, não faltarão repasses do Governo do Estado feitos de forma voluntária.

Mas, há um quarto fator que, mesmo não reconhecido, conduz as administrações municipais à essa realidade: é o convencimento político de que, cobrar impostos é danoso ao prestígio eleitoral dos administradores municipais.

Dentre os municípios do Estado há algumas honrosas exceções à essa regra, destacando-se como exemplo o município de Florianópolis que, pelo baixo volume das transferências constitucionais ao longo das últimas décadas, entendeu que, para suprir suas necessidades financeiras deveria dedicar maior atenção

ao seu potencial de receita própria. Em função desse cuidado, nos dias atuais a receita de IPTU de Florianópolis é, em números absolutos, a maior do Estado, malgrado a cidade ser apenas a segunda maior do Estado.

Faço essas considerações a propósito da matéria publicada pelo jornal *Diário Catarinense*, na edição de 27 de dezembro de 2011, sobre o valor do IPTU lançado para 2012, nas dez maiores cidades do Estado.

MUNICÍPIOS	População Urbana 2010	IPTU 2012 (1) (R\$ Milhões)	IPTU p/ Capita 2012 (2) (R\$ 1)	Renda p/ Capita 2010 (3) (R\$ 1)	IPTU p/ Capita s/ Renda p/Capita (%) (4)
Joinville	497.768	91,2	183	1.109	16,5
Florianópolis	405.232	221,0	545	1.939	28,1
Blumenau	294.796	38,0	128	1.234	10,3
São José	203.090	65,0	320	1.168	27,4
Criciúma	185.769	20,0	107	1.063	10,1
Itajaí	173.470	22,0	126	1.024	12,3
Chapecó	168.113	15,5	92	1.030	9,0
Lages	153.905	5,7	37	862	4,3
Palhoça	135.273	27,1	200	873	22,9
Jaraguá do Sul	132.818	15,0	112	1.118	10,0

(1) - Informação: Diário Catarinense - 27-12-2011

(2) - IPTU 2012 dividido pela População urbana de 2010

(3) - Renda *per capita* Urbana: Informação IBGE - Censo 2010.

(4) - % do IPTU *per capita* sobre a Renda *per capita* Urbana

Os municípios estão classificados na ordem decrescente da respectiva população urbana. Na primeira coluna está anotada a população urbana do município identificada pelo IBGE, por meio do Censo de 2010. Na segunda, o valor do IPTU divulgado pelo jornal; na terceira, o IPTU *per capita*; na quarta, a renda *per capita* urbana, também identificada pelo IBGE por meio do Censo de 2010 e, na última, a relação entre o IPTU *per capita* e a renda *per capita*.

Observe-se, em primeiro lugar, a enorme disparidade entre o IPTU de Florianópolis e o dos demais municípios: ele é quase duas vezes e meia maior que o de Joinville, apesar da sua população ser inferior em quase 100 mil habitantes. Mas, parece que a informação mais importante é a da última coluna: a relação entre o IPTU *per capita* e a respectiva renda *per capita* urbana. Para Florianópolis, São José e Palhoça essa relação é superior a 20%; para todos os demais ela é inferior, destacando-se o município de Lages no qual ela alcança apenas 4,3%.

Não parece justo que municípios que não utilizem todo o seu potencial de receitas próprias e que, paralelamente, sua população urbana alcance uma razoável renda *per capita*, venham beneficiar-se de recursos do Governo do Estado, repassados em caráter voluntário, para atender suas necessidades de obras e serviços. Os recursos do Estado são gerados por todos os catarinenses e devem atender - subsidiariamente - apenas aos municípios mais carentes ou à aqueles que demonstrarem esforços adicionais na busca das suas receitas próprias.

Convencido dessa premissa formulei o Projeto de Lei ora apresentado, que busca estabelecer condicionantes ao repasse voluntário de recursos do Governo do Estado. Na nossa avaliação estas condicionantes precisam levar em conta: a população urbana do município e o respectivo IPTU *per capita* lançado para cada exercício; a renda *per capita* urbana do município e a renda *per capita* média do Estado. A aplicação dessas variáveis possibilitou classificar os municípios do Estado em quatro grupos:

. grupo I: municípios com renda *per capita* urbana superior à do Estado, ou seja, maior que R\$ 1.048,33. Esse grupo compreende 15 municípios;

. grupo II: municípios com renda *per capita* urbana entre 75% e 100% da renda média do Estado. O grupo abrange 148 municípios;

. grupo III: municípios com renda *per capita* entre 50% e 74,99% da renda média do Estado, abrangendo 123 municípios;

No quadro que segue estão anotados os valores do IPTU divulgados pelo jornal, bem como outros dados estatísticos que me permitiu juntar, com o intuito de ampliar as bases de análise da questão.

Imposto Predial e Territorial Urbano - Lançamentos para 2012 10 maiores cidades do Estado

. grupo IV: municípios com renda *per capita* inferior a 50% da renda média do Estado, abrangendo 7 municípios.

A partir dessa classificação selecionei as condicionantes para o repasse de recursos em caráter voluntário, estabelecendo que o IPTU *per capita* do município deverá estar relacionado à respectiva renda *per capita*, nas seguintes proporções:

. superior a 20% para os municípios do Grupo I;

. superior a 15% para os municípios do Grupo II;

. superior a 10% para os municípios do Grupo III.

Para os municípios do Grupo IV não haverá qualquer condicionante.

Estou convencido de que a aprovação e posterior aplicação desta lei tomará mais transparente o repasse voluntário de recursos do Estado aos municípios, privilegiando apenas aqueles com as populações urbanas mais carentes e aqueles que demonstrarem efetivos esforços na busca de receitas próprias.

*** X X X ***

REQUERIMENTO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

REQUERIMENTO Nº 001/12

REQUERIMENTO RQS/0167.1/2012

Os Deputados que este subscrevem, com amparo no artigo 40 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, **REQUEREM** a reconstituição do Fórum Permanente para Preservação do Aquífero Guarani e das Águas Superficiais, dando continuidade aos encontros e seminários em diferentes regiões de Santa Catarina, sensibilizando a sociedade para adoção urgente de medidas que garantam a preservação dos recursos hídricos naturais.

Sala das Sessões, em

Deputado Padre Pedro Baldissera

Deputado Antônio Aguiar

Deputado Moacir Sopelsa

Deputado Silvío Dreveck

Deputado Gilmar Knaesl

APROVADO

Em Sessão de 13/03/12

*** X X X ***